

O Petróleo brasileiro que está no solo brasileiro conquistado pelo sangue dos nossos antepassados só deve ser explorado em benefício dos brasileiros.

CORPO REDATORIAL

JOSE TITO SILVA

ALCIDES ABREU

JORGE BARROSO FILHO

ABELARDO ARANTES

REDAÇÃO

RUA ESTEVES JÚNIOR, 11



Folha Acadêmica

Órgão Oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro
FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

ANO - IV

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 1947

N. 22

DIRETOR RESPONSÁVEL: HAMILTON VALENTE FERREIRA
SECRETÁRIO: ISAAR CARLOS DE CAMARGO

DIRETOR DE REDAÇÃO: LÍDIO MARTINHO CALLADO
TESOUREIRO: LÍCIO DA SILVA HAUER

Este jornal, publicado em 1922, colabora de acadêmicos do direito. É uma vez vasada em linguagem comedida — não se responsabiliza, todavia, pelos conceitos emitidos sob assinatura, nem os espõsa com publicá-los. Dos artigos possuirá a redação o original devidamente autenticado.

A Propósito da Constituição de 1946

ALVES PEDROSA

Na sessão cívica promovida pelo Diretório Acadêmico XI de Fevereiro, no dia 18 de setembro, em comemoração ao primeiro aniversário da Constituição Federal, o professor Alves Pedrosa pronunciou o seguinte discurso:

Permiti que, dirigindo-me, desde já, a vós, meus amigos estudantes da Faculdade de Direito, eu vos faça esta singela confissão: — foi surpresa para mim, e o suponho, para quasi toda a gente, a escolha que fizestes do meu nome para figurar entre os dos oradores desta noite memorável. Surpresa, sem dúvida, mesclada de certa íntima satisfação, pois o aprêço da mocidade, desinteressado e sincero, quando não consagra, pelo menos, confere alguma grandeza ao seu objeto. Surpresa, entretanto, carregada de tal sentimento de responsabilidade, que, bem perto, estive de implorar-vos a desoneração deste encargo, pelo temor de não poder desempenhá-lo cabalmente.

Meus senhores:

Grande foi o esforço dos senhores constituintes de 1946, elaborando, discutindo e promulgando dentro de poucos meses a Constituição, cujo primeiro aniversário, hoje celebramos.

E tal esforço é ainda mais louvável, quando sabemos que a Assembleia Nacional Constituinte era composta de representantes de todas as correntes políticas e partidárias, avultando, assim, bastante compreensível e natural o choque de tendências e de ponto de vista entre os seus membros.

Basta essa circunstância, para acentuarmos, e mesmo justificarmos, que o trabalho elaborado pelos constituintes de 1946, não obstante a sua marcada transcendência em nossa vida pública, não podia responder, de modo inteiramente satisfatório, aos anseios de nosso povo, nem às necessidades do Brasil.

Sabe-se que uma Constituição, para que reflita com precisão a consciência social e política do povo a que se destina, deve exprimir, sobretudo, numa democracia representativa, a soma de todos os fatores reais que constituem o próprio poder da nação.

E que uma Constituição se assinala, nas suas linhas clássicas e estruturais, não apenas como um amontoado de normas jurídicas bem redigidas, ou tecnicamente perfeitas, que tem por fim conferir, de acordo com a média da opinião dominante dos que as formulam, um ordenamento qualquer à comunidade a que terão que ser aplicadas.

Mas, hoje mais do que nunca, para que ela seja verdadeiramente um pacto político fundamental em consonância com o meio que o fez decretar, tem de revelar-se, acima de tudo, um instrumento altamente plástico de acomodação dos seus textos às exigências do povo a que procura servir.

Não se oferecendo, efetivamente, como o produto de mera causa fortuita, porém, resultando, antes de uma necessidade efetiva — uma Constituição deve ser um corpo de princípios que traduzida, de maneira mais ou menos durável, os fatores do poder que imperam em determinada realidade social. Até porque os problemas constitucionais não são, nem jamais o foram, problemas exclusivamente jurídicos, simples problemas de direito.

Nem todos os constituintes tiveram essa irrenunciável preocupação. Observada em conjunto, a Constituição de 1946 é, sem sensíveis variantes, uma carta política nos moldes da que tivemos em 1891, com o advento da República.

Embora consagre várias conquistas verdadeiramente democráticas e certas concessões sociais, a nova Constituição reflete, ainda, o mais formal, estreito e indefensável liberalismo econômico.

Em comentário recente, o sr. Levi Carneiro confirma essa observação, dizendo: — "A Assembleia Nacional Constituinte evitou inovações arrojadas, se bem que algumas fossem desejáveis e até necessárias". E acrescenta o jurista ilustre: — "o que caracteriza a obra dos constituintes de 1946 é o espírito de prudência, que chega a parecer timidez".

Em 1891, graças à inexistência de uma grande indústria e, decorrentemente, de um proletariado urbano, consciente e politizado, não nos

achávamos a braços com uma verdadeira questão social. Os nossos problemas mais instantes, em face do mundo tranqüilo, em que ainda se engatinhava a nossa incipiente burguesia, mal saída de um sistema feudal de produção, para o jogo sem golpes proibidos de livre concorrência mercantil, eram, quasi todos, problemas de superfície, ostentando feição puramente política.

Os problemas sociais, para os mais exigentes, não iam além de uns dois ou três. Cingiam-se aos da instrução e da saúde públicas e aos da defesa da economia agrícola ou rural, sendo que estes mesmos, sem aprofundamento de solução. Um ou outro estadista avançava um pouco mais longe.

O próprio Rui Barbosa que foi, naquela época, o mais vigilante e erudito dos nossos homens públicos, só em 1919, por ocasião de sua última campanha presidencial, aludiu, pela primeira vez, numa conferência pronunciada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, à presença do operário, como fator atuante no quadro da nossa vida social, para ele reivindicando determinadas condições de existência e de trabalho, indenização em casos de acidente, higiene nas fábricas e oficinas e seguro social.

Legislando numa fase histórica inteiramente diversa, e tendo diante dos olhos condições políticas, sociais e econômicas muito mais extensas e complexas, disso parece não se ter comperetrado a nossa última Assembleia Nacional Constituinte. A sua atitude, no entanto, foi aparentemente lógica, em face da tendência conservadora da maioria de seus membros.

Entretanto, é bem justificado o júbilo de que se acha possuído o povo brasileiro. A Constituição de 1946 merece as nossas alvíscaras porque elaborada e promulgada pelos representantes do povo a quem pertence a soberania do poder, é uma Constituição democrática. Quaisquer que sejam as suas falhas ou deficiências, não devemos desesperar dela. O desespero seria o caminho do arbítrio, da tirania e da interrupção das instituições democráticas.

A missão do povo brasileiro é defender a sua pátria, aceitando-a com todos os seus defeitos e imperfeições.

Mesmo porque as deficiências, caprichosas de maiorias parlamentares nos regimes democráticos, e a sua sempre corretiva na sua execução, quando dependem da resistência razoável e consciente.

E defender a Constituição importa, sem dúvida, no cumprimento dos deveres por ela impostos a todos os cidadãos, bem como na vigilância que devemos exercer, no sentido de exigir que ela também seja cumprida e respeitada pelos agentes do Poder Público, com a execução, principalmente, dos direitos e das garantias individuais, e com a realização da justiça social.

A história do Brasil está impregnada do espírito de liberdade. A legenda dos Inconfidentes Mineiros — *libertas quæ sera tamen* — foi uma chama que nunca mais se apagou no espírito e na consciência do povo brasileiro.

A Constituição do Império, promulgada a 26 de março de 1824, e considerada como a mais bela e mais perfeita constituição monárquica da qual tempo, já consagrava o princípio da inviolabilidade dos direitos civis e políticos, declarando, no seu art. 179: — "a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império".

Referindo-se à palavra falada ou escrita, dispunha o parágrafo 4º do aludido art. 179: — "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma em que a lei determinar".

Invoquemos, mais uma vez, o testemunho de Rui Barbosa, quando ele diz que a Constituição do Império tinha, nos trinta e cinco parágrafos do seu art. 179, a mais copiosa e liberal das declarações de direito, acrescentando que a Constituição Republicana de 1891 não lhe fazia vantagem na liberalidade ou abundância dos princípios consagrados.

(Conclui na 2ª página)

Discurso de Posse do Presidente do C. A. XI de Fevereiro

Ao tomarmos posse dos cargos do Diretório Acadêmico XI de Fevereiro, mercê da bondade dos colegas que em nós depositaram alguma confiança e nos elegeram a estas posições por nós tão vivamente desejadas, queremos, antes de tudo, sermos intérprete de todos os acadêmicos de direito, saudando respeitosamente as figuras nobres dos mestres de nossa Faculdade.

Si houve, si há, si continuarão a existir divergências entre nós, acadêmicos, sobre diferentes assuntos, divergências que a todos nos honram por bem demonstrarem a valorização de nossas consciências democráticas há pouco despertadas, este é um ponto em torno do qual a classe acadêmica fez questão fechada e não padecer de qualquer discordância: o tributo de veneração, de aprêço e de agradecimento aos professores. Aos que nos precedem e nos iluminam as sendas profundas e cobertas de guirlandas e espinhos que se embrenham pela Ciência do Direito e conduzem ao portico brilhante e consolador que dá entrada à mansão serena da justiça.

E a eterna homenagem, a eterna gratidão do discípulo para com o mestre.

O sentimento nascido entre o primeiro homem que ensinou e o primeiro que aprendeu, sempre velho e sempre renovado a se projetar indefinidamente no tempo, enquanto ensinarem uns e aprenderem outros.

Queira, pois, aceitar, Exmo. Sr. Desembargador Diretor, a par desta renovação de nossas homenagens aos ilustres mestres desta Casa, o nosso compromisso mais dileto, a nossa mais séria promessa: a de continuarmos guardando com veneração e ênfase, o princípio tradicional dos acadêmicos de direito catarinenses: levar sempre adiante, sob andores purpúreos, o nome que a Faculdade de Direito de Santa Catarina tem conquistado pelo esforço magnânimo de seus fundadores, a lealdade à cátedra sempre manifestada por seus professores, o trabalho cansativo e seguro de seus administradores e pelo amor e o respeito à Ciência Jurídica dos que aqui vieram e vêem estudar.

Prezados colegas,

Há que recordar, um pouco, os dias passados de nossa campanha eleitoral deste ano. Queremos, no ardor com que aqueles dias foram vividos, buscar palavras com que nos rejubilemos. Palavra

que digam bem, que digam melhor, da satisfação que todos sentimos ao tomarmos sentido da tarefa democrática que estávamos realizando. Com efeito, em uma época de mutação em todos os sentidos, em uma época onde, por eufemismo, às vezes, chicanas, explorações e atitudes mesmo dignas se integram no "modus agendi" de grupos e partidos, nesta época, nós, na modestia de nossos meios e no âmbito estreito de nosso ambiente, iniciamos e desenvolvemos uma campanha eleitoral, em todas as suas fases. No ardor da peleja manejamos bem as boas armas. Cruzamos ataques face à face e apertamos-nos as mãos, terminado o pleito, contentes todos, confiantes demais, talvez, alguns, nos que haviam eleito. E foi e deverá ser sempre este o espírito de nossa geração e o que havemos de legar às que nos seguirão: lealdade no combate, justiça nas assertivas, realidade em face dos problemas, liberdade, muita liberdade na escolha dos caminhos a seguir e confiança crescente nos designios poderosos da mocidade. E que sabemos ser a juventude, despeito da pequena sabedoria que possui, a portadora de grandes valores. E é, colegas, muita vez, sobre os pretensos erros grosseiros da mocidade, que as gerações virão, calmamente, construir verdades imensas que dominarão o porvir. Não prevalece contra a juventude o argumento de que ela se entrega, ao exagero e aos extremismos. São, como teve oportunidade de nos dizer um professor, os desajustados na sociedade, os que se apegam a uma idéia e por ela tudo fazem, até ao heroísmo, os que na realidade lançam as bases do futuro. Se a posteridade lhes apra as facetas por demais rudes de seus temperamentos sectários e não realiza "in totum" o que pregavam, ela lhes aproveita o trabalho imenso da introdução das idéias, da criação do campo propício ao progresso, do desmoronamento, ante seus ataques, de instituições velhas e temporâneas. E o trabalho penoso e mal recebido da destruição, do apertamento das bases sociais para que se possa iniciar a construção sob novos moldes. Verdades que para estas tarefas se exige muito "oz e gênio de um Ega de Queiroz, a contar, defeito por defeito, mentira por mentira, toda a falsidade das bases de uma época histórica.

Não é, senhores, por se colocar nas vanguardas da sociedade que os moços merecerão críticas acerbas. É sim, a indiferença, as vistas grossas, as situações acomodaticias, o que lhes trará, dos pósteros, o olhar menos entusiasta e a opinião menos consoladora.

(Conclui na 2ª página)

Indifferentismo e interesse imediato

Escreveu Anibal Nunes Pires

Para os conservadores, a expressão "Mocidade Moderna" está se tornando sinônima de "Mocidade Anêmica". Anêmica de ideais, anêmica de ação e anêmica de sentimentos. Sofre de caquexia, querem eles dizer. Erro médico que sugestionou a maior parte dos nossos jovens. Assim impressionados, convencidos da sua fraqueza geral, caíram no indifferentismo servil e maleável, não sabendo distinguir onde está a alegria de viver. Se na ação ou na inação, se no espírito ou na matéria, se na própria vida ou na morte. Querem viver uma vida que não é a atual, nem tão pouco a passada e a do futuro, não é uma vida de pensamento, nem de sonho mas é uma vida de PE-SADELO!!! Sem o saber, esses jovens estão "traindo a sua época", o que é pior, estão traindo a si mesmos.

Compreendam os moços, não só alguns, mas todos, que Mocidade Moderna, não é uma mocidade materialista, não é uma mocidade sensualista, insensível, anêmica, pusilânime que dá um passo, apenas, para obter o interesse próprio e imediato, porém Mocidade Moderna é a totalidade dos moços, interessada no seu "direito" de influir nos destinos do mundo; e tem a convicção de que "ser livre é fazer o que se deve e não, fazer o que se quer". Ela compreende a derrota sem ser derrotista, cai mas se levanta. É força, é dinamismo, é potencial intelectual e por ser assim é que se chama "Mocidade Moderna" e se distingue de todas as outras. Ela é semelhante àquela fase dos grandes rios, de águas puras e cristalinas que se jogam e se precipitam nos abismos, barulhentas e borbulhantes, em cachu-puz abaixo, que espumeja, que grita e se revolta.

Ali está a energia capaz de iluminar o mundo, aproveite-se essa força, antes que enfraqueça e caia naquele indifferentismo das águas paradas ou das águas preguiçosas que correm serenas, plácidas, indiferentes para o Oceano Imenso da outra vida.

Os moços devem orgulhar-se do título e provar aos fracos e aos conservadores a sua nobre e verdadeira intenção. Para provar torna-se necessário que os jovens trabalhem, pensem, estudem e considerem.

Convém demonstrar a intenção, concretizando os ideais e transformando as ações em fatos reais, tornar tão evidentes os seus propósitos que qualquer reacionário se envergonhe de contestá-los.

A Mocidade Moderna não deve fazer outra coisa senão exteriorizar verdades e sentimentos, tão naturais, que subam do coração aos lábios, sem que a razão os discuta. Para tanto faz-se mister a educação, mas uma educação constante e sadia, desde a primavera ao inverno da vida. Fazamos de cada lugar, uma escola; de cada pessoa, um mestre; de cada momento que passa, uma lição.

Impecamos que a "tuberculose mental" tome conta da juventude ainda não sugestionada pela falha "ofência popular" e pela mente atrofiada dos conservadores intolerantes. A Mocidade Moderna tudo interessa, ela não compreende o indifferentismo perante a vida, mesmo que esse indifferentismo tenha tido origem numa trágica e poética peça da vida, porque ela sabe que o mundo não para e não espera pelos que tropeçam e caem. Ser indiferente é negar ao mundo remédios que ressuscitariam um morto. Ser indiferente é negar cooperação, é viver à sombra, olhando a luz sem ousar prová-la.

(Conclui na 2ª página)

Que cada cidadão, cada professor, cada estudante, seja um soldado vigilante e aguerrido da batalha da libertação econômica.

Roberto Lacerda, um acadêmico que se distingue

Para o elevado posto de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, foi nomeado, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, o nosso colega Acadêmico Roberto Lacerda. Já por todos nós conhecida a capacidade e cultura do colega Lacerda, não temos dúvida em que há de se destacar, à frente daquele órgão da Administração Pública, com o mesmo brilhantismo e eficiência com que se houve em outras importantes posições que ocupou.

E, quando vemos colegas nossos, da nova e gloriosa geração catarinense que, por todos os motivos está fadada a grandes realizações nos anos do futuro próximo, em todos os campos da atividade, quando vemos colegas desta geração, repetimos, ocuparem elevados postos e se destacarem no meio social em que vivemos, consola-nos o saber que o nosso valor está sendo reconhecido e que já estamos passando do mundo da observação e do estudo para a atividade prática, para as conquistas efetivas de melhores dias.

Roberto Lacerda, é bem um exemplo do que pode e do que poderá a geração moça catarinense.

"Folha Acadêmica" quer deixar consignado aqui o seu voto de congratulações pela vitória alcançada e desejar ao novo Diretor da Estatística no Estado de Santa Catarina, uma administração segura e eficiente, para bem do povo catarinense.

A Margem da Campanha do Petróleo

Conferência proferida na Faculdade de Direito de Santa Catarina, pelo acadêmico ALCIDES ABREU.

Na qualidade de representante do C. A. XI de Fevereiro, desta Faculdade de Direito de Santa Catarina, fui presente ao Congresso Nacional de Oratória Universitária, patrocinado pelo C. A. XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.

O certame que visava congregar delegados de todas as Faculdades de Direito do país, reuniu 9 representantes, vindos do norte e do sul, do centro e do oeste.

Vasando o Concurso em assunto de palpitante atualidade, entenderam os promotores do conclave de agregar, para discussão, as opiniões que prevaleciam nos diversos estados da federação com respeito ao momentoso problema do petróleo.

Cumpra aqui ressaltar o entusiasmo e o arrojo da vibrante mocidade acadêmica de S. Paulo que, não obstante o "boycot" da imprensa, soube imprimir ao congresso um cunho de marcante interesse e de duradoura impressão. Os que fomos presentes, sentimos a atividade e o dinamismo daquela juventude desasomburada que não recua nunca, nem perante forças, nem perante atos e muito menos da mentira, da insídia, da tibieza e da indiferença.

Não há obstáculos ou oposição que sirva ou baste para lhes deter a intenção patriótica e o intuito construtivo e nacionalista que há primado nas campanhas promovidas por ela e por ela levadas à consagração e à vitória.

Se o concurso não teve a repercussão que dele se ansiava, não foi diminuto o seu valor nem desprezível o começo que significou, para nós que o presenciáramos, de uma arrancada vigorosa no sentido de aclarar e precisar a posição da questão petrolífera.

A Amazônia, "a terra fraudada, o vale esquecido, a região inhospita e o Ceará amargurado pelas secas que torram a terra e fortalecem a lama", se uniram num amplexo fraternal, um, tudo prometendo e o outro esperando, desejando, ansiando. A Minas Gerais do ferro e do ouro e do manganês estreitou-se a Baía petroleira, ao Goiás inculto e abandonado. Pernambuco, o Leão altivo e sobranceiro abraçou o sul carbonífero e próspero. E, S. Paulo, o dinamo, o progresso, a alucinação trepidante das fábricas e dos motores, recebeu a todos e a todos entregou parcela da sua pujança e da sua vitalidade, na voz altaneira dos filhos que lhe constroem a grandeza e lhe edificam a perpetuidade. A Pátria se sustentou, por um instante, no fluido magnético do delírio e a certeza dele surgiu, como uma manhã clara e risonha. Já não mais berço de heróis, já não mais "fado inconstante", já não mais futuro promissor, já não mais "malor país do mundo", já, não mais "potência mundial", o Brasil foi dissecado, sentido à luz meridiana da verdade, exposto na nudez absoluta do seu nada e da corrupção que lhe devora as energias, roubando-lhe a capacidade e a produtividade.

Com entusiasmo e de plano, com calor e sem demagogia, a nação foi vista e estudada, determinados os fatores que lhe causam a atrofia dos membros — porque gigante que anda a passos de anão — e auscultada a voz da terapia, na ansia de salvá-la. Oxalá, compreendamos o esforço da gente paulista, daquela gente que eu vi e ouvi o que é, antes e sobretudo, eminentemente brasileira, soberanamente brasileira!

Não houve disputa porque houve harmonia. Não houve dissenções nem trapalhadas porque reinou a calma e prevaleceu o espírito. Não houve vaidades feridas nem desejos frustrados. O indivíduo agiu e pensou conforme lhe ditaram a consciência e a vontade.

Bespirel e me valli do entusiasmo e do calor — ambiente para, guardando-o com o mais extremado carinho, transmiti-lo aos meus amigos que ficaram.

E, agora, desta tribuna livre e democrática, no aconchego deste recinto bem e profundamente catarinense, eu, por um encargo e um dever, quero significar aos colegas, a par da minha gratidão e do meu reconhecimento, o muito que nos cumpre fazer para acompanhar a mocidade brasileira no ímpeto que arremessa aos ares o grito pela nossa independência econômica. Não há mais lugar para contemporização e indecisões; nem para cálculos ou demoras. Ou nos decidimos de pronto e seremos moços, ou esperamos e seremos nada.

Ou alçamos o nosso clamor ou tripudiamos a nossa função social, preterindo-a, aos interesses personalistas que constituem a guilada dos bajuladores, dos irresponsáveis, dos detratores e dos néscios. Em nós, agora, ou vence o estômago ou o coração, o ideal ou a facilidade, o sentimento ou a falta dele.

Tergiversar, em nenhuma hipótese, é mais possível. O momento é de decisão, de argúcia e agudeza no encarar os fatos. Marginalis ao combate, alheios à luta, divorciados dos moços do Brasil é que não podemos ficar. Com eles tremos acopleto definitivo; cm eles perdendo ou junto deles alcançando a vitória, estaremos no lugar que o destino nos traçou e que as profundezas do nosso ser denotam como o único compatível com a nossa condição.

A luta e a decisão, portanto.

A QUESTÃO DO PETRÓLEO

Em boa hora e oportunamente a presidência do XI de Fevereiro convocou esta Assembléa em que se tratará de firmar a posição do nosso Centro em face dos acontecimentos que se veem desenrolando com respeito à questão do petróleo.

Se os fatos e fenômenos que circundam o caso em referência permanecerem num olvido propositivo ou num esquecimento compulsório, não basta esta circunstância para significar haja ele renascido fora de época, num contraste à premência e à urgência de outras soluções. Porque, talvez, de todos os problemas que nos assobremam — e são muitos — este seja o mais importante, o mais vital, o mais transcendente, nesta época de insegurança e intranquilidade, ditada e conduzida pelos povos que dispõem de energia combustível em quantidades tamanhas capazes de afogar a paz e aniquillar o mundo.

(Conclue na 5ª página)

VIBRANTE DISCURSO PRONUNCIADO PELO ESTUDANTE SECUNDÁRIO FÚLVIO VIEIRA NO DIA 18 DE SETEMBRO

Exmo. Sr. Governador do Estado

Exmo. Sr. Deputado Presidente da Assembléa Legislativa.

Exmo. Sr. Des. Presidente do Tribunal de Justiça.

Exmas. Autoridades, srs. Professores,

Minhas Senhoras e meus senhores, Colegas.

É de todos os modos digna de aplauso, a iniciativa do Diretório Acadêmico XI de Fevereiro, órgão líder dos estudantes de Direito de Santa Catarina, em promover esta sessão cívica, em regosio pela passagem do primeiro aniversário da Constituição Brasileira.

Demonstram eles com esta atitude, o firme propósito de se manterem vigilantes e alertas na preservação das instituições democráticas em nosso País.

Atravessamos nós, a humanidade inteira transp.e, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores.

Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e formulas antiquadas entram em declínio.

Não é, porém, como pretendem os pessimistas e conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início tumultuoso e fecundo de uma nova era.

Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação de que se desmorona e tomba em ruínas.

Precisamos, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. Precisamos compreender e tomar parte ativa e inteligente, nos problemas que afetam os nossos tempos.

Acabamos de sair de uma época em que as mais elementares liberdades do homem foram suprimidas. A nova geração que agora começa a surgir, criou-se num clima de insegurança e sem formação para a Democracia. Encontramos, no limiar de nossa formação intelectual, obstáculos gigantescos para a modelação de uma mentalidade sã e democrática.

Somos uma geração grandemente prejudicada.

Nascemos numa época inquieta e tumultuosa. Nascemos e nos criamos entre duas grandes guerras, num clima de profundas modificações sociais.

Esta malfadada circunstância, no entanto, temperou nosso espírito tornando-o suficientemente rijo para enfrentar e vencer os obstáculos que certamente irão surgir neste futuro incerto.

A Constituição Brasileira, que hoje completa o primeiro ano de existência, assegura aos cidadãos os seus direitos fundamentais e lhes garante as liberdades tão sabiamente proclamadas pelo imortal Franklin Delano Roosevelt, pois que o princípio orientador de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política verdadeiramente progressista, permanece tão verdadeiro hoje, como o foi no século passado.

Só nos resta, portanto, respeitá-la, prestigiá-la e, sobretudo, lutar pela sua preservação.

O Brasil, infelizmente, não está inteiramente preparado para o regime democrático. A maioria do nosso povo não sabe o que é democracia, confundem-na com anarquia, pensando que a liberdade é fazer tudo o se quer, mesmos com graves prejuízos para a coletividade.

Não sabem, exatamente, quaes os seus direitos e quaes os seus deveres.

É nesse sentido, que fazemos um apelo aos nossos dirigentes, a fim-

MANIFESTO

O CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO, órgão oficial dos estudantes de Direito de Santa Catarina, em sessão de Assembléa Geral Extraordinária de vinte e sete (27) de setembro do corrente ano, resolveu, face ao palpitante e patriótico movimento dos universitários brasileiros em torno da NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO, lançar o seguinte manifesto:

I — O Centro Acadêmico XI de Fevereiro, como baluarte que é da Democracia e das cousas nacionais, decide prestar sua colaboração efetiva à Campanha de Nacionalização do Petróleo;

II — Concitar, dentro do maior respeito à Lei e à Ordem, a todos os cidadãos para que se interessem pela Causa e defendam intransigentemente o "ponto de vista" brasileiro sobre o Petróleo;

III — Ponderar que, como seja esta uma campanha de inteiro sadio nacionalismo patriótico, devem ser afastadas quaisquer atividades político-partidárias prejudiciais à unidade do movimento;

IV — Promover, para melhor objetivação da Campanha, debates públicos e conferências, no intuito de esclarecer a opinião do Povo e animá-lo a lutar pela independência econômica do Brasil, bem em tempo de ser definitivamente proclamada;

V — Realizar, com o mesmo intento, decidida propaganda pelas colunas dos jornais, pelo rádio, e por meio de folhetins e cartazes;

VI — Apelar para os professores de todos os estabelecimentos de ensino, a fim de que ventilem em suas aulas o verdadeiro espírito deste movimento, iniciando assim a mocidade das escolas no trato com os reais problemas da Pátria e dando-lhe consciência do valor que possui e da magnitude de sua destinação histórica;

VII — Conclamar, finalmente, os colegas de outros educandários para que se filiem e reforcem o movimento iniciado pela valorosa Classe Universitária Brasileira.

SALAO NOBRE DA FACULDADE DE DIREITO, aos 27 de setembro de 1947.

Pela classe acadêmica de Direito de Santa Catarina:

Hamilton Valente Ferreira
Hélio S. de Oliveira
Dilermando Brito
Walter Wanderley
Jairo Silveira de Mattos
Lício Hauer
Otávio da Costa Pereira
Jovelino Savi

A juventude que estuda na Faculdade de Direito de Santa Catarina tem o seu alto espírito democrático à vista do povo. A sessão que realizou, no dia recordativo da promulgação da Constituição Federal, foi esplêndida oportunidade para lhe aplaudirmos as idéias e os sentimentos que a afidalgam.

ARMANDO CALIL

TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO

— DIA 31 DE OUTUBRO —

Estréia do

CÍRCULO DE ARTE MODERNA

Sob o patrocínio do

CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO

— X —

Será apresentado o primeiro espetáculo do Teatro de Câmara, em Florianópolis, com as três peças em um ato:

1 — O HOMEM DA FLOR NA BOCA

de Luigi Pirandello

2 — COMO ELE MENTIU AO MARIDO DELA

de G. B. Shaw

3 — UM HOMEM SEM PAISAGEM

de Ody F. e S.

— X —

Nota: Com este espetáculo o CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO inicia a campanha estudantil pró-abatimento do preço dos cinemas e teatros em Florianópolis.

— X —

PREÇO: CR\$ 12,00.

Estudantes — 50% — CR\$ 6,00.

de se intensificar a educação da nova geração para o regime democrático. Assim como o nazismo e o facismo educavam a juventude nos postulados das suas respectivas doutrinas, também nós, os democratas, não devemos nos descuidar na educação política dos novos mostrando-lhes quaes os seus direitos e quaes os seus deveres. Ensi-

nar-lhes que democracia não é anarquismo e, que liberdade não é fazer o que se quer mas sim o que se deve. E então, o Brasil, confiando nos altos designios que lhes foram destinados marchará para o futuro na certeza de que seus filhos, jamais terão a desventura de ver surgir um outro dez de novembro de mil novecentos e trinta e sete.

A EXPANSÃO INTEGRAL DO BRASIL

(Conclusão)

... cidadãos brasileiros homens inte-
grais, homens dotados de educação
física, mental, homens de iniciativa,
de empreendimento.

Decretemos a extinção do anal-
fabetismo e fundemos o Ministério
da Alfabetização. Em dois a três
meses se alfabetiza um iletrado e
um povo inteiro é uma soma de
indivíduos que no mesmo prazo
podem ser alfabetizados. Para
aprender seja lá o que for basta
apenas conhecer as vinte e seis
letras do alfabeto. Que todo brasi-
leiro alfabetizado seja obrigado a
ensinar a ler e escrever a um ile-
trado.

A liberdade é filha da cultura.
Só são e só podem ser livres os
povos dotados de cultura. Eis por-
que não obedeceu a lógica dos
fatos o eminente Ruy Barbosa
quando elaborou o seu "Credo da
Liberdade". A liberdade é filha da
cultura. Se queremos aquela pre-
cisamos fundar esta. Bacon decla-
rava: "A cultura de muitos faz a
liberdade; a cultura de poucos faz
o despotismo".

Precisamos fundar a nova civili-
zação brasileira, alicerçando-a na
cultura, na iniciativa e na atuação
consciente de todos os cidadãos

COMO SE FORMAM OS VALORES?

A meu ver, eles dependem, mui-
to, de uma orientação oriunda dos
recessos dos lares.

Se, ali, a criança tiver péssimos
ensinamentos, for crescendo com
os vícios, será impossível, ou difi-
cil, incutir nela a formação dos
valores.

Entretanto, só isto não é sufici-
ente.

Só a influencia vinda do seio da
família, embora seja grande, é in-
completa, é falha, não surgem va-
lores propriamente ditos, mas par-
celas de valor.

Não restar a menor dúvida, toda-
via, que é o fator primordial, o co-
laborador precioso, o elemento
fundamental, que plasma a cons-
ciência da criança.

O homem de amanhã será um fa-
lido ou um vitorioso, conforme a
orientação que tiver, principal-
mente nos primórdios de sua exis-
tência, na infância.

Se esta, desde cedo, for educada
sob os influxos, salutares e subli-
mes, do Evangelho, observando-se,
pois, os lemas da severidade sem
ódio e da justiça sem rancor, ela
será uma esperança do futuro, por
causa dos valores que se multipli-
caram e se revigoraram, mais e mais,
no recondito do seu íntimo, a pro-
porção que se vai desenvolvendo
intelectual e fisicamente.

A intolerância religiosa, geral-
mente, é nociva, faz da criança o
homem rebelado do porvir.

Em lugar de robustecer e consoli-
dar os valores, nela iminentes,
atrofia-os ou degenera-os.

Em lugar de incutir na criança
o amor ao próximo, à caridade e à
verdade, cria-lhe o egocentrismo.
O rancor a tudo o que exprime re-
ligião, fazendo-a descambar para o
ateísmo, apesar de ser bem outra
a intenção desses orientadores, que
é fazer do menino o homem probo,
honrado, sincero, o verdadeiro
cristão — imagem inconfundível
do Bem.

Urge, pois, empregar novos mé-
todos, para atrair a criança, con-
duzindo-a sempre pelo caminho se-
guro, fazendo-a trilhar a senda da
verdade.

Urge ausentá-la de quaisquer
preconceitos.

Urge substituir o espírito de in-
tolerância pelo de tolerância, den-
tro do Direito e da Moral.

Incute nela o amor ao trabalho
e à caridade.

Facilitar-lhe os estudos pela gra-
tuidade dos ensinamentos, primário e
secundário, e pelo barateamento dos
cursos superiores.

É preciso sanear a Imprensa, o
Rádio e o Cinema, colocando-os to-
dos a serviço de uma sã e nobre
cultura.

Em suma, é preciso: criar am-
bientes favoráveis ao desenvolvi-
mento das idéias sadias, em todos
os setores da vida, para que se for-
mem os verdadeiros valores, em
escala maior, e, não se depaupere
o caráter dos jovens.

Isto só será possível, quando o
Estado, a Escola e a Família, numa
só bloco, numa só unidade, com
um único fito e sem partidarismo,
colaborarem para o bem estar na-
cional, formando valores espiri-
tuais, morais, intelectuais e econô-
micos, sob a luz prodigiosa e fe-
cunda do Evangelho.

Helio Magalhães

brasileiros e de cada cidadão bra-
sileiro.

E eis porque condensando esse
conjunto de idéias redigimos e pro-
ponemos aos nossos patrícios o se-
guinte "Credo dos brasileiros":

"Creio que a inteligência dirige o
homem e a humanidade. Creio que
na vida humana tudo se obtém por
um esforço físico ou mental. Creio
que a História da humanidade os
povos vencedores são os que tem
vigor físico e preparo mental. Creio
que todos os homens são dotados
de um cérebro fisiológica e psico-
logicamente igual e das mesmas
vinte e quatro horas por dia. Creio
que, como dizia Edison, o gênio se
compõe de um por cento de inspi-
ração e noventa e nove por cento
de respiração, isto é, trabalho e es-
forço. Creio que o que os maiores
homens e povos realizaram, o Brasi-
l e os brasileiros também o po-
dem conseguir, adquirindo os mes-
mos conhecimentos e praticando os
mesmos atos. Creio que o mundo
pertence aos mais esforçados, dili-
gentes e ativos. Creio que não há
milagres no que alcançaram as
grandes nações à testa da civiliza-
ção. Creio que, se tivéssemos agido
na mesma forma teríamos alcan-
çado iguais resultados. Creio que
por um esforço conjunto de todos
os 45 milhões de brasileiros, sem
exceção, em um ano ou pouco mais
podemos extinguir o analfabetis-
mo, como outrora extinguímos a
escravidão, apenas com uma pena-
da. Creio que é o próprio indivi-
duo que se educa a si mesmo. Creio
que para aprender seja lá o que
fôr, basta apenas conhecer as 26
letras do alfabeto. Creio que todos
os grandes homens se educaram a
si mesmos. Creio que todos os
grandes povos devem também a si
mesmos, aos seus próprios esfor-
ços, o progresso a que atingiram.
Creio que no mundo moderno só
podem subsistir os grandes povos
cultos. Creio que para os brasilei-
ros o dilema consiste em: "educar-
se, educar-se ou perecer". Creio
que quando todos os brasileiros,
nas 24 horas por dia, de que dis-
põem, como todos os outros povos,
se dedicarem ao trabalho e à a-
quisição dos conhecimentos úteis, se-
remos a maior nação do globo.
Creio que o mundo pertenceu, per-
tence e pertencerá aos povos com-
postos de indivíduos mais vigor-
osos e cultos. Creio que a cultura,
nos povos como nos indivíduos, é
fruto do esforço empregado para
adquiri-la. Creio que a riqueza é
resultado da capacidade e que
essencialmente: "saber é poder".
Creio que a ignorância e o analf-
betismo são a miséria física, men-
tal e social. Creio que os governos
em todos os países do mundo são a
secreção orgânica dos povos. Creio
que todos os governos na história
são passageiros e ficam, permanen-
temente, os povos com a cultura e
capacidade que pelo exercício da
vontade, adquiriram para o traba-
lho e para a produção. Creio que
quando todos os brasileiros quize-
rem, não haverá mais iletrados no
país. Creio que, então, transforma-
remos a nação inteira em uma for-
midável escola de ensinamento mu-
tuo para adquirirmos todos os co-
nhecimentos necessários para a
vida e para a produção. Creio que
"impossível, como dizia Napoleão,
é um vocábulo que só existe no di-
cionário dos imbecis". Creio que a
educação consegue fazer até os
ursos dançarem. Creio que todo
mundo, qualquer pessoa, pode alfa-
betizar-se e educar-se integralmen-
te por si mesmo. Creio que a von-
tade e a perseverança tudo conse-
guem neste mundo. Creio que to-
das as grandes vidas foram a rea-
lização completa de uma idéia te-
nazmente propugnada. Creio que
há idéias-força porque todos os ho-
mens se dirigem pelo cérebro.
Creio que o trabalho e o estudo
devem ser essas idéias-força de to-
dos os brasileiros. Creio que com
elas só não alcançaremos o que não
quisermos. Creio que uma idéia
dominadora, assenhoreando-se e
impondo-se unanimemente ao es-
pírito de todos os brasileiros, será
vencedora nesse mesmo dia".

MÁRIO PINTO SERVA

OPINIÃO VALIOSA

Abordado por nossa reportagem, para que se manifesta-
se sobre as comemorações levadas a efeito pelo "XI de Feve-
reiro", no aniversário da Constituição Federal, assim se pro-
nunciou o Deputado Saulo Ramos: "A Bancada Trabalhista,
por meu intermédio, na Assembléia Legislativa, fez um apelo
ao Poder Estadual, para se comemorar festivamente, prin-
cipalmente nas Escolas, o primeiro aniversário da promul-
gação da Constituição Federal de 1946. Não poderia deixar de
assistir a manifestação cívica da classe acadêmica de Santa
Catarina. Assim o fiz, recolhendo a melhor das impressões,
pois a nossa mocidade demonstrou, pela força da dialética,
uma cultura evolucionista de acordo com o determinismo
histórico da evolução normal e metódica da humanidade.
Devemos crer, verdadeiramente, naqueles que pretendem
resguardar o bem comum do povo, dando-lhe uma maior
igualdade social e econômica.
Devemos crer, também, na mocidade, porque ela é força
propulsora do progresso moral e material da humanidade.
É força que nunca morre, porque a mocidade se renova sem-
pre".

Divulguemos a Constituição

Discurso proferido pelo acadêmico Otávio da Costa Pereira, orador
do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, por ocasião da sessão solene
em homenagem ao primeiro aniversário da Constituição de 1946 e
realizada nos salões do Clube 12 de Agosto

A primeira Assembléia Consti-
tuinte Brasileira se instalou a 3 de
Maio de 1823. Nesse mesmo ano, a
12 de novembro, um decreto impe-
rial dissolveu-a.

Quatro meses depois, em 28 de
Março de 1824, por outorga do mo-
narca, aparece, enfim, a Constitui-
ção do Império.

Começa daí o reger-se a nossa
Pátria por leis elaboradas por nós
próprios. Até então nossa diretriz,
estava nas Ordenações Filipinas.
Era mantido o acolhimento que a
Carta de 1824 dava às idéias
francesas. E, por isso não podere-
mos culpar os nossos ilustres ante-
passados. Se essa Constituição foi
calçada na correspondente france-
sa de 1789, si foi ela organizada
apropriadamente; não se ajustan-
do, porisso, às nossas múltiplas ne-
cessidades, si se notou excessiva
centralização monárquica, defei-
tuosa organização do regime elei-
toral e tantas outras coisas que se
não coadunaram com o espírito da
nação, não culpamos os contempo-
râneos de José Bonifácio. Fizeram,
quiza, mais do que se era de espe-
rar. De um lado com uma cultura
política que apenas ensaiava seus
primeiros passos na direção estatal
e recém-saída dum regime colonial,
e dentro sem estatísticas que pu-
dessem fornecer a realidade das
coisas, enfrentando uma imensidão
de fatores negativos, poderiam
ter por guia forçosa e exclusiva-
mente o idealismo já que a reali-
dade, por força das circunstân-
cias, estava mergulhada em com-
pleta ignorância.

Apesar dos defeitos inúmeros,
sem contar com a existência da
quele ditatorial poder moderador
que, como bem se expressou Joa-
quim Nabuco, levava os ministros,
a sondar a alma do Imperador para
adivinhar-lhe os pensamentos,
apesar de tudo isso, foi a Carta
Brasileira que até agora maior ex-
tensão teve, e que talvez mais bem
serviu à Nação.

Veio a República e com ela a
Carta de 1891, defendida brilhante-
mente em toda sua linha pelo in-
comparável Ruy e combatida, em
muitos pontos, por homens cultos
e reconhecidamente inatacáveis,
como o grande Alberto Torres.

Inevitavelmente que continuava-
mos enamorados de formas alieni-
genas. Abandonávamos a doce
França, inspirando-nos, desta feita,
na Carta da grande democracia do
Norte.

Procurávamos curar os males
com remédios destinados a outros
doentes.

Não há que negar o valor da
Const. de 1891. Mas não podemos
sinão pensar como pensara Alber-
to Torres quando da comentá-la
dizia: "Não que haja outra onde as
deficiências e classificações, o ri-
gor e cuidado no distribuir e no
desenvolver as regras e funções,
tenham atingido a tanta perfeição;
nenhuma levou tão longe o enfi-
gado de proclamar as mais avan-
çadas conquistas da liberdade huma-
na e da democracia. Desde que se
sai, entretanto, do terreno pura-
mente abstrato e da contemplação
da forma, começam a surgir as la-
cunas, as imperfeições e as incon-
herências do sistema".

Depois da guerra de 1914 houve
como que uma modificação no co-
ncepto de liberdade.

E em 1926, vimo-la alterada e
fugindo um pouco àquele excessi-
vo individualismo econômico con-
substanciado na doutrina clássica
do "laissez-faire". Essa reforma de
1926 é um indicio de que também
no Brasil esse conceito novo, pelo
menos na parte econômica, estava
vitorioso.

Essa liberdade, essencialmente
individualista, segundo a qual o
Estado se deve resumir em assegu-
rar a livre iniciativa dos indivi-
duos, passou a restringir-se vindo
em proveito duma liberdade co-
letiva.

Nuns países, interpretada e im-
plantada de maneira radical,

noutro, mais moderadamente, de
modo a não macular em excesso
as sagradas liberdades humanas.

Assim procurou fazer o Brasil
na sua Carta de 1934, reflexo da
Constituição de Weimar, e, poris-
so mesmo, com um saber típica-
mente socialista. Sem modificar a
estrutura estatal, modificou-lhe
contudo o modo de agir para com
o indivíduo e a sociedade. Três
anos apenas ela vigorou derruba-
da que foi pela Constituição outor-
gada, de 1937. Essa trouxe muita
coisa má; porém, na lama cintila-
vam pépitas preciosas. Um para-
doxo, mas a realidade. A Carta de
1937, porém, falhou do princípio,
pois não se concebe que se outor-
gue uma Constituição dentro de
uma democracia.

Talvez estivesse ainda vigorante
si todos os seus dispositivos tives-
sem sido cumpridos, si se não tor-
nasse letra morta aquilo que só
ser a vida.

Quatro Constituições em pouco
mais de um século! Cabe aqui
aquelas palavras duras mas reali-
sticas de Oliveira Vianna: "Há cem
anos que vivemos a procurar a
causa dos nossos males políticos e
dos nossos fracassos constitu-
cionais e até hoje estamos estontea-
dos sem saber onde encontrá-la".
A causa do aparecimento de in-
úmeras Constituições está exclusi-
vamente em que jamais procurá-
mos fazer uma lei para nós. A
Const. do Império errou pela sua
intransigente centralização admi-
nistrativa; a de 91, pelo seu de-
maziado individualismo; a de 34
dourou sequer um lustro e, a de 37,
teve o fim bem conhecido de todos
nós.

Em 1946 eis que se reúnem nos-
sos homens para a feitura de uma
nova Carta. Possuímos já uma sé-
rie de fatores para que a elabora-
semos, olhando a realidade na-
cional. Com o exemplo dos frac-
sos constitucionais anteriores que
nos veio apontar as falhas existen-
tes, com dados estatísticos rigoro-
samente exatos, fornecidos por De-
partamentos especializados, e que
puderam, perfeitamente, apontar
nossas necessidades, os constitui-
ntes de 1946 apresentaram um do-
cumento genuinamente nacional,
onde as belezas existentes na Car-
ta de 91 vem impregnadas de forte
idealismo orgânico, onde os rigores
do socialismo abrandados por essa
democracia que vibra em nossos
espíritos e pulsa em nossos cora-
ções, que nasce e morre conosco.
Como bem a conceituou ilustre
deputado", nela temos as mesmas
constituições de 1891, mais puras
do que em 1934, e agora aprimora-
das por dispositivos que corporifi-
cam a nossa experiência de mais
de meio século de esforço de adap-
tar-se ao nosso fim histórico".

Meus senhores, a Carta de 1946,
que hoje comemora o seu primei-
ro aniversário, dentre todas foi a
que mais se aproximou da reali-
dade. Proveio de uma prolongada lu-
ta de idéias, que teve seus primór-
dios, nos primórdios da nossa vida
como Estado soberano. Auscultan-
do o democratismo endêmico do
brasileiro, não repudiou por isso as
conquistas do socialismo, não repé-
liu o que ele tem de bom e de útil
para nós. Faz o que as Const. de
34 e 37 fizeram, porém, mais pru-
dentemente e com a convicção de
ter acertado.

Aquelas cartas viveram pouco,
mas o suficiente para que catásse-
mos o joio do trigo.

A Carta de 1946 não é uma Car-
ta modelo e nem poderia sê-lo, que
isso não é obra humana. Ela pode
pecar num ou noutro dispositivo,
pode inclinar-se mais para o in-
dividualismo que para o socialismo.
No terreno puramente abstrato,
na contemplação da forma, como
diria, por certo, o grande Alberto
Torres, si fosse vivo, pode não
possuir aquela mocidade fascinan-
te de 1891. Talvez taxem-na de
excessivamente analítica e não
tenha, o brilho que ambicioná-
vamos tivesse ela. Mas atentemos
que foi elaborada por homens que
acima de tudo, olharam para o
progresso da nação e o bem estar
do povo. Olharam para o Estado,
para a sociedade, para o indivíduo.

A Const. de 91 pecou pelo exces-
sivo individualismo. As de 34 e 37,
si bem que se não excedessem em
demasia dentro das normas socia-
listas, esqueceram, contudo, de que
o nosso povo é essencialmente de-
mocrata. Os constituintes de 46
foram perspicazes e observaram
essas falhas.

Deram forças ao Estado, olharam
para a sociedade, mas não se es-
queceram de que o cidadão brasi-
leiro tem dentro de si, o micróbio
da democracia e que nas suas veias
corre o sangue estuante da liber-
dade, a característica primacial do
brasileiro. Sem ser o modelo das
Const., é contudo, a Const. Federal

**IMPRESSÕES DO DEPUTADO
WALDEMAR RUPP SOBRE A
SESSÃO CÍVICA PROMOVIDA
PELO CENTRO ACADEMICO XI
DE FEVEREIRO PARA COME-
MORAÇÃO DO PRIMEIRO ANI-
VERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO.**

"A solenidade com que o Centro
Acadêmico XI de Fevereiro houve
por bem festejar o primeiro (1º)
aniversário de nossa Constituição
Federal, constitui, sem dúvida,
um dos acontecimentos cívicos de
maior relevo de quantos, nos últi-
mos tempos, se tem verificado
nesta Capital.

Sendo, como afirmava José In-
genieros "a juventude a levedura
moral de um povo", nada mais
confortante aos autênticos espíri-
tos democráticos de Santa Cati-
rina, onde as práticas ditatoriais cra-
varam tão fundas raízes, que essa
manifestação de acendrado amor à
Democracia e consequente repúdio
aos regimes liberticidas.

A valorosa mocidade catarinense,
que, auspiciosamente, trás em si
o germe das renovações construti-
vas, as homenagens de quem sem-
pre viu com profunda tristeza a
obra destruidora do facismo indíge-
na tendente a orientá-la para o
servilismo e escravidão, sem que,
contudo, mercê de Deus, o tenha
conseguido".

**A CAMPANHA DO PETRÓLEO E
O CLUBE CULTURAL "ORDEM
E PROGRESSO"**

É com prazer que registramos a
valiosa adesão do Clube Cultural
"Ordem e Progresso" à CAMPA-
NHA DE NACIONALIZAÇÃO DO
PETRÓLEO, iniciada pelo Centro
Acadêmico XI de Fevereiro em
memorável assembléia.

Grêmio formado por elementos
jovens e patriotas, o Clube Cultu-
ral "Ordem e Progresso" não per-
deu tempo; da adesão à imediata
ação, promoveu em a noite de 10
do corrente, na sede do Instituto
Histórico e Geográfico de Santa
Catarina, sob a presidência do Sr.
Nelson Nunes, ilustre representa-
nte do Exmo. Sr. Governador do Es-
tado, um animado debate público,
do qual participaram, dentre ou-
tros, os senhores A. Wanderley
Júnior, catedrático de Direito Co-
mercial e Fernando Ferreira de
Melo, deputado estadual. A objeti-
vidade do debate traduziu-se no
compromisso que, perante a assis-
tência e com seu apoio unânime,
assumiu o nobre deputado Ferreira
de Melo ao afirmar que iria levan-
tar na Câmara Estadual a momen-
tosa questão.

Ao Clube Cultural "Ordem e Pro-
gresso", portanto, as nossas con-
gratulações.

de 46, a lei que nos serve porque
não embarga as sagradas liberda-
des do indivíduo e propicia ao Es-
tado os meios necessários para ma-
nejar com a máquina, de modo a
nos levar pela estrada radiosa do
progresso.

Na data de hoje em que se co-
memora o seu primeiro aniversá-
rio, lembramo-nos de que ainda
não está sendo, a Carta que rege
os destinos da nossa Pátria, con-
venientemente difundida, nem di-
vilgada. Não basta que a comem-
remos com festas e sessões solenes,
sabendo que o cabôco, o tabaréu,
o operário sem cultura, ou de cul-
tura incipiente e falha não a co-
nhecem, e mesmo que a tivessem
nas mãos continuariam a desco-
nhecê-la. Lembremo-nos que a
maneira mais prática de introdu-
zi-la nas corações de todos os br-
sileiros, é introduzindo-a nas esco-
las, levando-a aos bancos escola-
res, porém, em forma de lições
amenas e atraentes. Interpretemo-
la para os desajudados da fortuna,
para os espíritos em formação, que
são assim cimentaremos as cons-
ciências brasileiras com as lições
sublimes de civismo e democracia
que o seu texto encerra. Enquan-
to se não concretizar essa idéia,
que não é nossa, mas de todo o
bom brasileiro, a Const. continua-
rá sendo a cartilha dos eleitos e o
tabu dos nossos irmãos que têm
a fortuna por madrastra. É isto,
sobre ser um ato desumano, o
é, sobretudo, impatriótico, já que
assim vimos contribuindo para
a propagação do caciquismo, tão
perniciosa à evolução democrá-
tica dos povos.

Uma nação terá consciência de
si própria quando os seus filhos,
sem exceção, tiverem consciência
de seus direitos.

Meus senhores!

O Diretório Acadêmico XI de Fe-
vereiro, sugere para a efetivação
dessa idéia, seja lançada, não só
pelo Ministro da Educação, com
referência à Carta Federal, como
pela Secretaria da Justiça, Educa-
ção e Saúde, no dizente à Carta
Estadual, seja lançada, repetimos,
as bases de um concurso para a
apresentação de livros didáticos a
serem usados, obrigatoriamente,
nas escolas primárias, e cujas li-
ções tenham por motivo a inter-
pretação dos dispositivos constitu-
cionais.

ANALFABETISMO (COLABORAÇÃO)

Meu caro Hamilton:

O Brasil precisa de uma grande renovação, não há dúvida. O Brasil precisa não de programas, mas de ação, não há que discutir. O Brasil precisa de homens que saibam o que querem e porque querem, é óbvio. O Brasil precisa, é questão vital, diminuir o seu altíssimo, talvez o mais alto do mundo, índice de analfabetos é também indiscutível. E nós, os acadêmicos, nós que ainda temos em nossas veias a correr o sangue moço e não afetado por idéias alienígenas e que sabemos e sentimos que urge tenhamos idéias e as ponhamos em ação sem interferência alheia, nós repito, precisamos e temos o dever de difundir toda idéia aproveitável. Eis porque endoamino ao eminente colega o presente trabalho do grande Mário Pinto Serva para, si possível, transcrevê-lo na nossa folha. No meu conceito é um grande trabalho e digno, por todas as razões, de ser lido pelos que se interessam pelos nossos problemas vitais.

Colega e amigo.

José Antônio de S. Thiago

A EXPANSÃO INTEGRAL DO BRASIL

(Jornal do Comércio de 15-8-47)

Ainda não se esboçou objetiva e cientificamente a verdadeira sociologia brasileira. Porque fundamentalmente o povo brasileiro é um galho de árvore ibérica aqui plantada e posta a vicejar em novo ambiente, telúrico. O que explica a história dos Estados Unidos é constituírem eles um prolongamento da civilização britânica no solo do Novo Mundo. Os americanos são os mesmos ingleses livremente se expandindo com a velha mentalidade anglo-saxônica sujeita às novas influências do ambiente em que se desenvolveram.

O que se fez em matéria de sociologia brasileira foram observações curiosas e pitorescas de alguns costumes e ambientes locais mas sem explicá-los com a sua integração dentro do quadro geral da civilização ibérica, filiando-os à situação dos povos latinos da Europa meridional no conjunto geral do seu desenvolvimento histórico como ele se diferenciou e contrastou com o desenvolvimento geral dos povos do Norte da Europa.

Há uma característica geral que põe em contraste todos os povos latinos da Europa e da América, com todos os povos nórdicos e anglo-saxônicos, da Europa e da América.

Parece que os latinos e principalmente lusos e hispanos, depois das descobertas transmarítimas, como que entraram para os bastidores da história, ao passo que do século XVII e XVIII em diante as-

somaram no mundo os anglo-saxônicos e atingiram seu pleno esplendor. Na fase atual do mundo estamos em pleno domínio da civilização anglo-saxônica, com o conjunto integral de toda sua técnica científica. Não há negar fatos solarmente evidentes.

Talvez a Reforma, sem o pretender, reivindicando a livre interpretação da Bíblia, por todos e cada individualmente, e daí deduzindo o dever para cada um de se alfabetizar, com a autonomia mental recorrente da abolição da autoridade religiosa, produziu esse intenso surto da cultura generalizada e do individualismo autônomo que verificamos em todos os povos do Norte da Europa. Tal o fenômeno que Ruy Barbosa estudou profundamente no livro recentemente reeditado, e tão oportunamente, "O Ensino Primário", escrito em 1881, e que deveria constituir o "Evangelho Cívico dos Brasileiros".

Eis o fato capital da civilização brasileira e que os nossos sociólogos deixaram de constatar. O homem e a humanidade se dirigem pela inteligência.

O de que se trata é de fazer de todos os brasileiros homens cultos e civilizados. Os pioneiros americanos, onde se estabeleciam, levavam esse espírito da Reforma e fundavam logo todas as escolas necessárias para que o novo pudesse ler afim de interpretar a Bíblia por si mesmo. E onde penetram os Bandeirantes não fundavam escolas nem cogitavam disso que não estava no espírito dos lusos e hispanos da época. "É insondável a crosta da ignorância portuguesa",

já proclamava um grande escritor luso. E a mesma insondável ignorância das massas, a vemos no decurso inteiro dos nossos quatro séculos de história, como prolongamento do fenômeno semelhante que ocorria em Portugal e na Espanha, como na mesma Itália, onde em 1870, ao se proclamar a unidade política da península, ainda se encontravam setenta por cento de iletrados.

Daí que na guerra de Canudos trucidamos a população sertaneja porque nos haviamos esquecido de alfabetizá-la! Na vizinha República Argentina houve um Sarmiento que domina toda a história do país porque em toda sua existência — de quasi otogenário não fez ele outra coisa senão seguir o lema: "fundar uma escola e uma biblioteca em cada encruzilhada dos pampas". E eis porque a Argentina não tem mais iletrados e supera extraordinariamente todos os mais países latino-americanos.

Ora, naturalmente, um país civilizado é um país que se compõe de cidadãos, todos civilizados.

A inércia brasileira no assunto é sesquipedal.

Ainda agora decretamos solenemente na recente Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946, em seu artigo 169, o seguinte:

"Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Nos termos do artigo 218 da mesma Constituição a disposição transcrita entrou em vigor, isto é, devia ser cumprida desde a data da promulgação dessa lei magna.

Entretanto, até hoje, há onze meses aquela disposição continua a ser letra morta. E trata-se do assunto que constitui a pedra angular da existência histórica do país. As populações do interior brasileiro continuam no mesmo estado de analfabetismo em virtude do qual as trucidamos em Canudos e em virtude do qual elas mesmas se trucidam a si mesmas tais os vícios físicos, mentais e morais que adquirem a ignorância total em que são mantidas. E de estarrecer os espíritos menos patriotas.

No entanto, desde que fundamos a nacionalidade, já decretamos centenas de volumes de legislação nacional e apenas nos esquecemos de civilizar o povo brasileiro e habilitá-lo a defender o canto ao planeta que lhe coube em sorte.

Instruir é construir, proclamou o Padre Vieira. O infeliz caboclo brasileiro em face da concorrência dos outros imigrantes estrangeiros vai recuando por toda parte porque em absoluto não pode concorrer nem física nem mentalmente com os alienígenas que nos procuram.

E preciso uma lei nacional decretando a extinção do analfabetismo. Tal o primeiro passo indispensável para tudo mais. Sem isso nada há feito. Precisamos mesmo de um Ministério Nacional de Alfabetização, que se cresse de emergência. Assim como houve um Osvaldo Cruz para a extinção da febre amarela, precisávamos outro herói nacional desse vulto para a campanha imediata da extinção total do analfabetismo. Sem isso todos os direitos do homem e do cidadão que a Constituição outorga a todos os brasileiros, ficam no papel impresso dessa legislação nacional que compreende centenas de volumes. Não há nenhum direito para a população dotada de uma ignorância total e enciclopédica.

Mas em todos os países cultos e civilizados os mais adiantados, todos os cidadãos, sem exceção, nascem e permanecem analfabetos até que os poderes públicos os obriguem a aprenderem as primeiras letras e a se iniciarem em todos os conhecimentos indispensáveis. Porque só entre nós não será isso possível e permaneceremos de braços cruzados? Temos já quatro séculos de retórica e de papelório, de política e de expedientes. A grande política nacional consiste agora em fazermos de todos os ci-

(Conclue na 3ª página)

INDIFERENTISMO E INTERESSE IMEDIATO

(Conclusão)

O indiferentismo leva o homem a obter as coisas sem trabalho e a fazer somente aquilo que lhe traz interesse imediato.

O lavrador não planta para colher no dia seguinte, nem a terra o recompensa mais tarde, se ele não a preparou com sacrifícios e canseiras e também com entusiasmo.

Indiferentismo e interesse imediato eis os bacilos da tuberculose mental e de que a Mocidade Moderna está imune.

(Da "Folha da Juventude")

A Propósito da Constituição de 1946

(Conclusão)

E quem se der ao trabalho de ler, ou reler, as crônicas do Império, verá que a sombra do governo eminentemente democrático e liberal de Pedro II, vivemos meio século de paz interna e de segurança individual. Escreveu-se e falou-se contra o Monarca e contra os homens do Império, usando-se, por vezes, excesso de linguagem e injustiça nas críticas feitas, mas ninguém foi molestado por isso. Ninguém teve a coragem de submeter à apreciação do Imperador, qualquer espécie de projeto de lei, visando restringir os direitos assegurados pela Constituição.

A primeira Constituição Republicana, diante dessa realidade, e como solução lógica, adotou idênticos princípios, que depois foram, definitivamente, incorporados ao Direito Constitucional Brasileiro.

Mas, na prática, nem sempre foram respeitados os direitos e as garantias individuais, expressas nas constituições republicanas. E, por isso, logo se levantou um susurro de desapontamento, que se foi aumentando, a ponto de criar, de um lado, os agitadores, e de outro, os desiludidos.

Um outro destino e um tratamento melhor, está a merecer a Constituição de 1946. Os dispositivos do art. 141 e seus parágrafos, que tratam dos direitos e das garantias individuais, bem como os da justiça social, incorporados ao Título V — Da ordem Econômica e Social, não devem ser mero ilusões arquitetadas, para viverem, somente, no papel.

São dispositivos esses que precisam ser sentidos e vividos honestamente e com sinceridade, em benefício da própria estabilidade do regime, e, sobretudo, para que tenhamos a certeza de que, a par da liberdade, a todos será assegurado trabalho que possibilite existência digna, com igual oportunidade para todos, na distribuição da propriedade.

O sr. Alceu de Amoroso Lima ou Tristão de Ataíde, que além de autor, zado pensador e sociólogo, é uma das mais prestigiosas figuras do catolicismo brasileiro, ao instalar a Liga Eleitoral Católica de São Paulo, exclamou que: — "não basta a volta ao direito, sem uma cultura que permita a todas as classes sociais, e não apenas aos ricos, uma educação completa... não basta a generalização da educação sem a igualdade econômica, isto é, a participação dos trabalhadores nos lucros e, até, aos poucos, na direção de empresas econômicas".

Aliás, outra não é a pregação que grandes vozes dominicanas, franciscanas, carmelitas e jesuítas vêm fazendo, hoje, por toda a parte: o cristianismo essencialmente democrático, proletário e trabalhista, pregado pelo Cristo, filho de carpinteiro, e, apesar de intelectual e santo, amigo de pescadores e de pecadores.

Não o catolicismo intolerante, guarda policial dos ricos, o catolicismo a serviço exclusivo da burguesia endinheirada, que não é, senão, uma caricatura de catolicismo.

O principal para a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição e, conseqüentemente, para evitar que se criem novos agitadores e novos desiludidos, é praticar a democracia social, incluídas, no conjunto, a democracia étnica, a democracia econômica, a democracia política e a democracia escolar.

Mas, a prática da democracia, sem uma opinião pública organizada, continuará a ser um mito.

O Sr. Oliveira Viana, que sustenta brilhantemente esta tese, chegou a escrever: — "que o nosso grande problema político não está em atacar os governos por não serem patrióticos, ou por não se resolverem a ser patrióticos; o nosso grande problema político está em obrigar os governos a serem patrióticos. Porque a verdade é que não há governos patrióticos — isto é, governos que sejam patrióticos espontaneamente. Todo governo — desde que atui no vácuo, sem a pressão de uma opinião pública organizada — acaba sempre, inevitavelmente, fatalmente, humanissimamente, governo de partido, logo, governo de facção; logo, governo de clan; logo, mau governo. Estas verdades é que se devem fixar bem, com nitidez e sugestividade, na mente popular. É preciso destruir na mentalidade do nosso povo esse funesto preconceito dos governos patrióticos. É preciso convencê-lo de que nada há a esperar do patriotismo espontâneo dos que estão no poder, e que o único meio de torná-los patriotas é obrigá-los a isso por uma pressão moral, vasta, organizada e poderosa da opinião pública".

Nossa história registra exemplos magníficos de vitórias conseguidas pela opinião pública, sendo a campanha abolicionista a maior de todas. A opinião do povo dominou a opinião do Parlamento recalcitrante pela força exclusiva de uma pressão moral.

E, recentemente, tivemos a declaração de guerra à Alemanha e à Itália, por imposição do próprio povo, que após o torpedeamento dos nossos navios mercantes, saiu todo à rua, exigindo do Governo, sem mais delonga, o desagravo da nossa honra e da nossa soberania, com a punição dos covardes agressores.

Um ano é decorrido da promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946. E a experiência feita, nesse rápido intervalo de tempo, bem demonstra a necessidade da vigilância e da defesa a que me venho referindo. A Constituição, por exemplo, consagra a liberdade de pensamento, a liberdade de consciência, e a liberdade de associação, e garante o direito de reunião, sem armas, não intervindo a polícia, senão para assegurar a ordem pública.

Mas, na prática, o que vemos? o empastelamento de jornais e agressões a jornalistas, a proibição de comícios, passeatas e reuniões, não se poupando nem as donas de casa, que são as que mais sofrem com a ascensão vertiginosa do custo da vida; não se poupando nem os estudantes, conforme aconteceu há poucos dias, no Estado do Rio Grande do Sul. Os estudantes porto alegrensenses empreenderam um movimento pela redução de 50% no preço das entradas de cinemas, de maneira a favorecerem a frequência da mocidade estudiosa nessas casas de diversões, e no momento em que realizavam a mais pacífica das passeatas, foram agredidos pela polícia, só cessando a agressão, devido a intervenção do comandante da Região, que, chegando ao local, determinou à polícia que moderasse a sua atuação contra os moços estudantes. Foi a gravidade desse fato, que provocou da tribuna do Senado o protesto de um homem do porte, da integridade e do prestígio do Sr. Salgado Filho.

A Constituição garante aos trabalhadores a participação obrigatória e direta nos lucros da empresa e o repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos, e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local. Mas tais garantias continuam a existir apenas, no papel. Pois a indiferença do Parlamento pela sorte e pelo sofrimento dos trabalhadores vem dificultando, sem motivos plausíveis, o exame e aprovação de leis que decorrem dos postulados da Constituição.

Só mesmo o povo organizado conscientemente poderá exigir de seus representantes, de seus mandatários, o cumprimento do dever, que não é mais do que o cumprimento da Constituição.

Organizemos, pois, a opinião pública brasileira, com a participação direta e efetiva dos estudantes, para defender, com intransigência, a Constituição de 1946, exigindo, democraticamente e pelos meios legais, a execução de todos os seus postulados.

Falo essa linguagem, num momento festivo como este, ao envés de limitar-me a fazer a apologia da Constituição, porque não tenho coragem de mentir aos estudantes, principalmente aos meus amigos estudantes da Faculdade de Direito de Santa Catarina, que, num gesto de cativante generosidade, me elevaram até esta tribuna.

Os estudantes me parecem obrigados a ser, na política brasileira, uma força de resistência, a serviço da democracia, ensinando o brasileiro a criar sua própria maneira de ser democratas, a criar a sua própria maneira de resolver seus problemas sociais.

Pois "não podemos, num país como o Brasil, cuja configuração não é nem a das nações européias, nem a das comunidades asiáticas, nem mesmo a dos Estados Unidos ou do Uruguai, imitar, passivamente, soluções adotadas por europeus, ou por asiáticos, ou por outros povos americanos, para a solução de seus problemas sociais. Há exemplos bons a ser aproveitados; mas considerada sempre a configuração da comunidade brasileira".

Não vejo causa maior a que os estudantes poderão entregar-se, do que a de servir e defender a liberdade e a justiça social.

Encantai, pois, a vossa jornada e fazei assim, oh mocidade estudiosa de Santa Catarina, o que nós, de gerações que vos precedem, não fizemos devidamente.

Fpolis, 18/9/47.

Discurso de Posse do Presidente do C. A. XI de Fevereiro

(Conclusão)

E é dentro destes princípios de colaboração agrerida, de desprezito por convencionalismos mentirosos e por medalhões que não resistem ao mais leve pulimento de uma crítica elementar, que procuraremos nos colocar. Estamos em uma democracia e a democracia é o regime da realidade, das verdades inteiras, ditas a praça pública. O regime da opinião, o ambiente da liberdade e, principalmente, da luta. Erram os que julgam ser a democracia um estado de coisas mais ou menos cômodo e aburguesado, onde se possam conseguir facilidades a toda hora. Muito ao contrário: é o ambiente de progresso constante, que se faz à custa do esforço de todos, da luta de todos, da vigilância de todos. Deixe-se o povo, nos regimes democráticos, ficar em estado de estagnação política e não falarão os que hão de conseguir os motivos mais convincentes para surripiar-lhe os direitos, a liberdade de crítica e de opinião, e a liberdade do medo, na enunciação do demócrata Roosevelt.

E nós, estudantes de direito, nós que escolhemos na vida a carreira que se caracteriza justamente pela luta, pelo espírito aguerrido no debate, pela liberdade de ação na conquista da justiça, havemos de iniciar bem cedo o nosso aprestamento para os combates em que estaremos fatalmente, de aqui a alguns anos.

Não fomos muito bem aquinhoados pelo destino quanto ao nosso tempo de vida. Encontramos, ao despontar de nossa formação moral e intelectual uma época de desmoronamento e reconstrução, conturbada por guerras, inseguranças, ditaduras de direita e esquerda e uma chocante desproporção entre a técnica e a vida. De nada nos valerá, contudo, a lamentação. Jeremias estará deslocado no nosso tempo. Pouca coisa poderemos levar em conta do que nos prometem, de todos os cantos do mundo, os atuais donos da vida. É tarefa nossa, unicamente nossa, a adaptação ao mundo atual e a construção de nosso futuro. Concitamos-vos, colegas, à fidelidade às causas da justiça e do progresso porque outra não é a nossa própria causa, a que nós há de abrir as portas para melhores dias e melhores condições. Prezados colegas.

Queremos deixar consignada aqui a nossa admiração pelo modo brilhante com que se houve, na direção do "XI de Fevereiro", o diretório presidido pelo colega Osni Gil Kirsten. Revelando suas qualidades de democrata e de leal trabalhador pela classe, conseguiu, através de dificuldades talvez as maiores que se apresentaram até hoje para o Diretório, realizar um trabalho construtivo e útil. E nós recebemos o "XI de Fevereiro" com uma organização interna adiantada e a melhor situação financeira a que já atingiu até hoje, devemos gratidão e homenagem. Comprometemo-nos com os que hora deixam o Diretório a seguir o programa de trabalho iniciado e a enviar o melhor de nossos esforços para que se mantenha em ascensão o nível, não permitindo nunca que motivo algum venha perturbar o trabalho pela classe. Aos colegas Ubaldo Brisighelli e Antônio Adolfo Lisboa, nossos adversários de campanha que iniciaram, com seus partidos, uma nova época em nosso meio, desejamos agradecer e cumprimentar, não só pela maneira vigorosa e elegante com que se conduziram durante o pleito, como, principalmente, pelo oferecimento de sua valiosa colaboração com a nova diretoria, colaboração esta imprescindível ao Diretório Acadêmico, pelo valor e dedicação ao trabalho que demonstraram ambos, em sua vida acadêmica.

A todos os demais colegas, fica aqui renovado o nosso propósito de fazer pelo Diretório Acadêmico "XI de Fevereiro" tudo o que estiver ao nosso alcance. Para, desde logo, podermos realizar algo, contamos com a colaboração sincera e objetiva de todos, sem exceção. É só nas bases do mútuo entendimento e da colaboração, que se faz o verdadeiro trabalho construtivo. E, si alguma vez, estivermos palmilhando senda errada, pedimos sinceramente, a todos, que nos esclareçam e nos reconduzam pois está em jogo o interesse maior da classe, e só ele.

CIRCULO DE ARTE MODERNA

De vez em quando, ouve-se referências pouco lisonjeiras sobre a mocidade de hoje. Que os moços são irresponsáveis, não têm iniciativa, que andam no mundo da lua e outras coisas assim. Tais acusações, sem dúvida, procedem de certo modo. Mas, quando se fala dessa "decadência", ignora-se a causa profunda da mesma. Duas guerras mundiais sacudiram-nos, mexeram com a nossa alma e com os nossos nervos. Qual uma vaga enorme, a luta pela vida, dia a dia, aos poucos, vai nos tragando as ilusões e os entusiasmos para nos deixar bem cedo tristes, gastos e monotonos. Vamos no seu bojo e mal o pressentimento.

No entanto, há os rebeldes, os que se debatem contra a horrível absorção. Querem viver, lutar, fazer algo de novo, enveredar por trilhas difíceis e mor isso mesmo fascinantes.

Em nossa cidade, como em toda a parte, há desses inquietos, pessoas que turbam a água parada dos lugares tristes, friccionando-a, personalizando-a, num jato de novidade e vida. É o que vemos, entre nós, este Circulo de Arte Moderna, esta gente moça que agrupada quer fazer teatro, popularizar a arte, trocá-la em miudos para sensibilidade comum. Eis a mocidade, isto é, a intrepidez, o desprendimento. Eis a ação criadora!

"Folha Acadêmica" não poderia silenciar ante o alvitreiro. Nunca! Nosso jornal apoia a mocidade porque sua essência é a mesma. Nós compreendemos o Circulo de Arte Moderna. Sentimos nele aquele magnetismo das aventuras proventosas. Deste setor, pode o Circulo contar com os nossos prestimos e a nossa solidariedade.

Refutando o "incredulo e os apregoadores da "decadência da mocidade", vemos que os moços se agitam, se organizam e se auxiliam. Assim teremos brevemente o Diretório Acadêmico XI de Fevereiro patrocinando o primeiro espetáculo de teatro de camera do já vitorioso Circulo de Arte Moderna.

ENSAIOS DE CRITICA LITERARIA (Conclusão)

Morte realize, sôzinha, privativamente, uma obra de destruição" (Nelson Hungria, "Direito Penal"); "Se o suicídio é censurável e será criminoso, dada a circunstância de falhar a tentativa, como se há de consentir a impunidade da eutanásia ainda quando desinteressada? Ninguém pode arbitrariamente dispor da vida, própria ou alheia, ainda desinteressadamente. A nossa vida não é somente nossa, mas também da sociedade" (Afrânio Peixoto, "Criminologia"); etc.

Que, por culpa nossa, porém não tenha o leitor a impressão de que "Direito de Matar" seja apenas uma seleta de opiniões sobre a eutanásia. Não, que o A. soube desenvolver longamente o tema, abordando todos os seus curiosos aspectos, incluindo o moral em geral, o religioso, o médico e jurídico. Há, ainda, um capítulo especial sobre a Eugenia e a Eutanásia, outro contendo noções históricas e legislativas sobre a "morte boa", além de uma farta coletânea de casos reais da prática eutanásia.

Não é da alçada de quem interpreta uma criação literária entrar no mérito da questão em si, isto é — no "leit-motiv" mesmo da obra. Temos opinião firmada a respeito da eutanásia, de conformidade com nossa formação religiosa e cívica. Não devendo, porém, o sapateiro passar além da chinelada, abtemo-nos de discutir a ilicitude ou licitude da denominada "morte boa". Ao ensaísta de crítica respeitamos exclusivamente a realização artística e suas concomitantes.

Por isso, para concluir, condensamos nossa aprecação geral acerca do livro do Sr. Evandro Corrêa de Menezes, em 2 itens:

1. Não se pode deixar de reconhecer o brilhantismo com que o A. formulou sua importante tese.

2. Não se pode outrossim, por outro lado, deixar de lamentar que o A. houvesse comprometido irremediavelmente a idoneidade científica do seu trabalho, imprimindo-lhe um tonus de propaganda nada austero.

E, quanto as idéias pessoais do autor, que lhe façam (a ele) bom proveito. De nossa parte, preferimos este conceito do insuspeito Royo — Villanova y Morales: "Para mim, que sou um otimista, a vida, por pior que seja, é sempre a vida; prefiro viver tarado com todos os estigmas, saturado de mil enfermidades, coberto de todos os opróbrios... a não viver".

A MARGEM DA CAMPANHA DO PETROLEO

(Conclusão)

Enquanto discutimos a existência ou não de petróleo em nosso subsolo, outros povos, talvez menos adelantados, mas, mais avisados, se empenhavam na conquista do interior terraqueo, fendendo as crostas e arrancando, de começo gota a gota, e depois aos turbilhões, o óleo negro que preside, origina e determina o progresso. Quando aqui os negativistas, em benefício próprio ou a mando de terceiros, blasonavam das nossas riquezas petrolíferas, procurando desmoralizar os que a pregavam, calunhando, impedindo e até matando lá fora as nações se desvendavam estas influências e praticavam a sangria do solo, buscando e rebuscando-o, na ânsia de constituir reservas que lhes garantissem, se não a estabilidade em face do conflito, ao menos uma situação de privilégio e de mando.

E, enquanto sofríamos a tortura do racionamento e víamos paralizados o comércio e a indústria, ali, na Argentina as refinarias produziam e distribuíam gasolinas e combustíveis, não digo com bastante, mas, com grande vantagens sobre nós, que nada tínhamos e que tudo recebíamos. Queimamos, ainda hoje, o ouro das nossas parcas diáspas, para conseguir que uma vacilante rede de transportes faça circular a nossa também vacillante produção. E, assim permanecemos se continuarmos a ver através as grossas lentes de aumento, que aumentam tudo, menos a nossa pobreza e a miséria das nossas populações.

Na exploração do petróleo, que todos, sem exceção, queremos esta concentrada a fórmula salvadora do Brasil! Urge, portanto, arrancá-lo do lugar onde a natureza o colocou, para que, jorrando, movimente as nossas indústrias e os nossos arados, as rotativas dos nossos jornais e a maquinaria da nossa agricultura.

POR QUE EXPLORAR O PETROLEO

O Brasil carece de renovação econômica e social. E, onde buscar o fundamento desta renovação senão na abundância e no barateamento da energia?

Com grandes núcleos industriais, a nação brasileira permanece beira-mar, desencorajada e incapaz de abrir rumos que conduzam ao interior, tirando do vasto "hinterland" desconhecido as riquezas que ali jazem, na expectativa de que o homem a encontre e, achando-a, dela usufrua e colha benefícios.

A conquista da terra que é nossa porque está aquém das fronteiras, mas que não possuímos porque lhe desconhecemos o valor e não lhe aplicamos o trabalho produtivo, está a merecer mais e melhor atenção para que se transforme em patrimônio sólido, aliado e unido à comunidade nacional. Temos presenciado o triste espetáculo de as populações do campo, contrafeitas pelo abandono criminoso em que se encontram, rumarem da cidade, ofuscadas pela luz quasi sempre mentirosa, mas que atrai e chama, com a convicção de que nela se concentram os prazeres, a folgança, a comodidade e o bem estar que inexistem nos socavões e nas furnas.

A fuga da terra, refletida na quebra da produção e consequentemente na diminuição da riqueza, gerou a crise alimentar, compartilhando da culpa da subnutrição e da tuberculose que vêm ceifando vidas novas e promissoras, úteis, em todo o caso ao desenvolvimento do país. O retorno ao campo e à vida simples das fazendas se impõe como uma necessidade inadiável e como um fator decisivo na consecução do equilíbrio econômico. Mas, é preciso frisar, as condições de vida no campo devem ser melhoradas, para que não sobre o camponês e ao lavrador, razões de queixa e preterição de direitos que, como cidadão, possuem, inalienáveis e insubstituíveis. A roça deve estar no caminho da cidade, unindo-se as populações que produzem as que consomem, no intuito de bem servir a ambas, e com a finalidade de, amplamente e equitativamente, serem distribuídos regalias e benefícios.

O desenvolvimento agrícola precede, em regra, a eclosão industrial. Uma agricultura científica, tecnicamente aparelhada e com recursos humanos suficientes figura-se-nos como o único fundamento bastante sólido para suportar a estrutura industrial.

Urge, portanto, deter o êxodo das populações rurais, levando-lhes, por novas rotas e rumos de comunicação a assistência benfazeja do Estado, com a efetivação de medidas protetoras do trabalho e das atividades campestres.

Tais objetivos, porém, somente se concretizarão com a abundância da energia que assegure o acesso a aqueles rincões, colocando o sertão e a campanha no caminho das cidades que consomem. E, quem fala em energia, fala em petróleo. A dinamização e a elaboração econômicas se identificam e se congruam em torno da matéria prima motora e geradora das energias produtivas. O combustível é o sangue que alimenta as máquinas e os motores que transpõem montanhas, cortam ares, rios, oceanos e espaços. Daí, a necessidade da exploração do petróleo. Compete à nação brasileira pronunciar-se, na totalidade, em torno do assunto, por significar ele, o encaminamento da nossa industrialização e a consecução da nossa liberdade econômica.

O alheamento e o indiferentismo não nos servirão. Antes nos deservem e nos colocam, moços, à margem das injunções e dos anseios da terra.

A exploração do petróleo impõe-se, pois, a todo custo.

COMO EXPLORAR

No conjunto dos fatores que constituem o polígono das forças econômicas interessadas na industrialização do petróleo avultam três correntes principais, já perfeitamente definidas e expostas e que são do conhecimento de todos. Não vai mal em aqui repetirmos, em linhas gerais, as teses referidas.

CAPITAL ESTRANGEIRO

A primeira corrente, a da aceitação do capital estrangeiro, representado pelo trust internacional que, com exclusividade agraria na exploração, vai perdendo terreno em face da onda patriótica e do justo nacionalismo da gente brasileira. E, de fato, a repulsa a esta solução encontra-nos unidos.

Em circunstância nenhuma poderemos permitir que as garras aduncas e afiadas dos consórcios monopolistas intervenham e mergulhem no nosso sub-solo, dele arrancando o sangue que é a nossa liberdade em potencial e a segurança e a garantia da nossa perpetuidade como povo e nação organizada. A concessão ilimitada e a abertura das fronteiras aos trusts petrolíferos, equivale perante o povo brasileiro e perante o mundo, a uma tração à negação da nossa independência. A natureza nos brindou e enriqueceu. As gerações passadas conquistaram e conservaram a terra. A nossa herança é a herança dos nossos pósteros. Devemos assegurar-lhes o direito de aqui viverem e mandarem.

Os defensores do trust — já não mais existem, públicos — argumentavam com a nossa incapacidade econômica e técnica, e diziam que o fracasso coroarla todas as providências que se tomassem, porque eles, e só eles, sabiam onde se encontravam as jazidas e eles, e somente eles dispunham de material e de dinheiro.

Pulverizados estes argumentos pelos tests e experimentos realizados, e, mais ainda, desfeitos pelas vibrantes conferências de Horta Barbosa que provou, de sobejo, a inveracidade daquelas afirmações, voltaram os trusts pela voz dos seus fâmulos, a carga, desta feita travestidos com as cores da solidariedade continental.

Afirmava-se, então, que o esgotamento das reservas norte-americanas, impunha ao Brasil o dever de, com vistas à segurança do continente, permitir a lavratura e a exploração dos depósitos petrolíferos pelo capital e pela técnica estrangeira. Falho, também este argumento, a vista das recentes descobertas de enormes jazidas no território e mares continentais americanos, nenhum mais restou ao ambicioso poderio, ditador das guerras e da paz.

Mas, não devemos crer que as suas investidas fiquem por aí.

A Venezuela, o Iraque, o Irã, e o Paraguai, para não citar outros, são exemplos dos nossos dias. Não cumpre repetir aqui o drama desses países, nossos vizinhos uns, e, até latinos como nós.

Quaisquer que sejam a força e a pressão dos monopólios internacionais, devem ser repellidos.

Entregar ao trust a exploração do petróleo será colocar ao seu sabor a segurança e a estabilidade do Brasil. E, não só isso. Economicamente abriríamos constante e continuada sangria pela evasão do lucro, que é ouro, para além — fronteiras. Quer dizer, teríamos riquezas e seríamos pobres, possuiríamos petróleo e compraríamos gasolina, éramos os senhores e ficaríamos como escravos.

Não vale acreditar no mito! Cumpre destroná-lo, escorraçá-lo, impedir-lhe a entrada e a conquista.

INICIATIVA PRIVADA

Inadmitida pela consciência nacional a entrega da riqueza ao poderio financeiro das nações imperialistas, a segunda corrente, está já mais voltada aos in-

teresses nacionais, entendeu de defender em toda a extensão a iniciativa privada. Sustentam e afirmam os prosélitos desta tese que, unicamente, o particular, o capitalista brasileiro, pode com sucesso atingir o nível de eficiência desejado e desejável para a definitiva industrialização do óleo negro. Não negamos que talvez assim o fosse. Mas, nos permitimos uma pergunta, e, se nos permitimos, fazemos. Terá, por ventura, o capital, pátria e fronteiras? Não sofre o capitalista brasileiro as injunções, as intromissões e os cometimentos de Wall Street e da City? Pode o senhor Matarazzo, para não falar de outros, afirmar que não sofre influências externas e que age, com o seu dinheiro, da maneira e pela forma como lhe parece? Duvido, e, sinceramente acredito que não.

Conceder, por conseguinte, a liberdade de iniciativa correspondente a entregar a potência mais arrojada e o material básico que, na atualidade, move e dinamiza as atividades humanas, a discrição do trust que procuramos evitar. Porque, se há brasileiros concientes, os há também — e preciso dizer — capazes de se iludirem e impressionarem com oferendas magníficas. E, quem nos convencerá de que o monopólio não lançará raízes, mimando até dominar a indústria?

Mais ainda. O capital vive em função do lucro. O capitalista que empregar fundos na industrialização do petróleo o fará com o intuito muito lógico e natural de auferir maiores dividendos. Isto nos garantirá, sem dúvida, um índice excelente de produção, além, talvez, das nossas necessidades. Mas, continuo perguntando, não surgirá desta corrida à produção desta "oil-fever" o fenômeno do desperdício, da irracionalidade na extração? Por certo que sim. Maior volume representa maior lucro, menor unidade de tempo, maior rendimento. Partindo deste princípio que caracteriza o capital, em pouco tempo, seremos uma nação esgotada, e, o que havia de bastar à nossa independência econômica, conduzir-nos-á à ruína e à falência.

E, ainda. O petróleo, cuja função traduzimos como a de propiciar melhores condições de vida a toda a nação, reverterá no enriquecimento de uns poucos que dele se servem para amontoar milhões, provado como está o rendimento elevado desta indústria. Ao invés de se beneficiar a coletividade, em detrimento dela se beneficia um grupo, um punhado de homens que passarão a jogar com a economia e a segurança nacionais. Dos mesmos vícios padecerão as sociedades mistas, colorário da iniciativa particular e que merecem, agora, como no futuro, a repulsa conciente e arrazoada de todos os brasileiros, pelas razões expostas.

Inoportuna por conseguinte, e perigosa a adoção desta medida, resta unicamente, como solução salvadora, o monopólio do Estado.

MONOPOLIO DO ESTADO

Há bens que, por sua natureza e importância na esfera econômica ou de segurança, devem permanecer sob a tutela do Estado. Entre tais colocamos todas as matérias primas que por qualquer forma se possam ligar, ou ad interesse social geral ou à defesa do país. Destas substâncias, o petróleo é dos primeiros, não havendo, destarte, razão para divorciá-lo da posição que ocupa como movimentador de todos os engenhos humanos, pacíficos ou bélicos.

Domina hoje e progrido quem tem petróleo. São as gasolinas que acionam os aviões e garantem o domínio do ar. São as gasolinas que deslocam os exércitos e garantem o domínio da terra. São, finalmente, os óleos que movimentam as esquadras e garantem o domínio do mar. Nos céus, na terra e na água é o combustível abundante quem preside e determina.

A verdadeira indústria, incluindo o transporte fácil e barato, só existirá com energia também barata e fácil. No ciclo formativo da Economia, os recursos energéticos devem primar pela abundância, sem o que não haverá nem rendimento nem progresso real.

E, quem melhor do que o Estado, que não visa lucros nem dividendos, que não tem outra finalidade senão a de realizar o bem coletivo, pode propiciar energia barata e abundante, para movimentar a máquina industrial, de paz ou de guerra?

Afirma-se que o Estado, e em especial o Estado Brasileiro, não está, nem política nem financeiramente, em condições de resolver a questão, do combustível, produzindo-o e entregando-o em quantidades e a preços que possam rivalizar com o produto estrangeiro. Horta Barbosa, à sociedade demonstrou o contrário. E, trouxe, para ensubstanciar a sua afirmativa, os exemplos da Argentina e do Uruguai, onde o Estado é o industrialista que extrai (na Argentina, ao menos) e refina o óleo-combustível. Da aplicação dos métodos ali empregados, no Brasil, resta apenas, querer.

Outro, argumento de que se valem os opositores da tese do monopólio estatal, é o de que a burocracia viciada, em penetrando no organismo, aperreará e fraudará o movimento destinando-o a fracasso certo.

Por tão infantil, não mereceria desfeita esta objeção. Claro está que o planejamento e a efetivação da industrialização do petróleo não obedecerão aos princípios e normas dos serviços públicos comuns. Haverá, no monopólio e na indústria estatal, tanta elasticidade e movimentação tão livre, quanto existem ambas nas iniciativas privadas.

Volta Redonda é um atestado de que nos servimos para afirmar que somos capazes. Negue, quem puder, mas negue com justificações e não com sofistaria! Esta obra, talvez a maior conquista da inteligência brasileira, é e permanece um desafio aos que não creem nos nossos homens e desprezam o Estado como organizador. Basta a vibração, o patriotismo e a probidade de um homem para se realizar com o petróleo o que se conseguiu com o ferro.

Não tem fundamentos sólidos a apatia e a aversão de muitos brasileiros pela tese monopolista do Estado. Em todo caso, as vantagens serão maiores que as desvantagens — se existirem.

E, mesmo se o Estado for inidôneo para explorar o petróleo, se-lo-á também para garantir os direitos de quem o fizer!

Os rendimentos — que são enormes acudirão as necessidades de todo o país, distribuindo-se, equitativamente, entre todos os cidadãos.

O saneamento e a recuperação das áreas amazônicas as enormes extensões inexploradas de Mato Grosso e Goiás receberão a ajuda e a pujança que derivam do petróleo, como consequência imediata do seu aproveitamento.

As deficiências climatológicas do nordeste serão supridas com uma rede de açudes. As cataratas do S. Francisco e o vale riquíssimo do mesmo caudal se abrirão e transformarão em energia elétrica e receptáculo de homem, allecçando-se ali a futura grandeza de toda aquela região.

Novas estradas rasgarão vales e montanhas, conduzindo o fluxo da civilização aos mais longínquos recantos do país. A educação, elevado o padrão de vida, alcançará maior número de cidadãos e o progresso se firmará, então, num habitante bem nutrido, espiritualmente sadio e fisicamente apto. Não haverá mais o cortejo de miséria, nem de desdouro, nem o abandono caracterizará o vasto interior. As cidades não mais magnetizarão, que viver no campo será tão ou mais agradável que no horrobriho das urbs. A agricultura remoçará e a economia se desenvolverá solidamente, sem os altos e baixos das crises continuadas ou periódicas.

E, no concerto das nações, formaremos como um povo politicamente independente e economicamente liberto. Não mais bateremos às portas dos magnatas, mendigando meia dúzia de dólares que hoje nos bastarão e que, dispendidos, continuarão, amanhã, a pesar no desequilíbrio das finanças e no prestígio crescente da Pátria.

O Estado com o petróleo, tecnicamente aparelhado, tratará de desquizar e constituir reservas que lhe signifiquem a segurança própria e a das nações continentais, nossas amigas e credoras da nossa amizade.

Monopolista do petróleo, o Estado, estaria fazendo a política melhor, resguardando-se e bastando ao povo, a quem reverterão os proventos e lucros da industrialização do ouro negro.

CONCLUSAO

Demonstrada a valla da tese da monopólio do Estado, que abraçamos, mas que não precisa, em absoluto, ser a dos que aqui estão, cabe-me ainda apelar à mocidade no sentido de se não deixar influir e embair por pregoeiros onusados que talvez façam coro às nossas afirmativas, e, no fundo nos detestem e queiram a nossa ruína e decadência.

A juventude cabe alertar a opinião pública. O intuito desta campanha não é outro senão o de esclarecer pela discussão, aclarar pelo debate. Não vá ela servir à pregação do ódio e da desunião, ao aviltamento e à indecência. Devem os moços bater-se por aquilo que pensam justo e razoável. Nunca, e agora principalmente, poderão desvirtuar a ppbreza da causa, derivando-a à esterilidade e ao palavrório, sob pena de perderem o benefício e o auxílio das multidões anônimas.

Agora e sempre, não permitiremos que demagogos e aproveitadores se sirvam da nossa campanha para lançar a discórdia e a incompreensão no seio das massas. O nosso pensamento deve ser um só, como uma só é a nossa finalidade: a grandeza e a continuidade do Brasil.

PÁGINA LITERÁRIA

APAIXONITE

O esforço. A dinâmica dos empreendimentos e das ocupações. O cansaço. O esmorecimento. O torvelinho da vida. O desgaste das forças e das energias. A fraqueza do corpo e a ataraxia da inteligência. A luta pelo saber. A sabedoria da experiência. A felicidade em procura. O descaso da sorte. A força das vontades. A sociedade estranha e poluída. O seio desta, límpida e loçante, ela juvenil, mas já mulher. A imaginação além horizonte. No fundo um lugar solitário, mas vivificante e aprazível. Longe do mundo, longe destas crateras imundas do descrédito e da vingança, um par de jovens. Branca gaze em derredor. Limpeza extasiante. Campos verdes. Viço paradisíaco. Flores. Perfume. O silêncio da solidão perturbado pela respiração sôfrega do amor, do amor... depressã... o estalar de um beijo... e a branca nuvem... o nirvana... nada... nada mais... o mundo o mundo... Um repente, um instante só de felicidade... e a continuação da torpeza e da injúria.

Ei-la bela! Bela, bela, sempre bela. O contato diário com o ambiente impuro. A corrupção das frutas podres... a injúria, a maledicência... Mas acima disto tudo, ela. Junto dela, puro e altruista, eu.

Amor! Amor! Como coração? Amor sem tréguas?

Eu a amo. Eu a amo muito!

Quero vê-la, quero senti-la dentro do meu peito. Quero afaçar-lhe aqueles cabelos sedosos e ondulantes. Quero apalpar-lhe. Quero amá-la elevada e poeticamente, eu, que detesto castelos na areia. Pudera ser poeta. Como não lhe cantaria toda a minha iôr e o meu carinho.

Quero-me junto dela. Longe, daí, as impurezas. Junto de nós só o sublime, só o calor dos corações.

Eu a amo, eu a amo muito.

A. K. D. MICO

ANTENOR MORAIS

Entre as figuras da atual literatura catarinense, é, sem dúvida alguma, Antenor Moraes, uma das mais representativas. Natural dos pampas gaúchos, tão bem fixados em sua obra "Na Fazenda", e em sonetos e poesias esparsos, ha muitos anos se radicou em nossa terra, onde produziu parte da mais bela de suas produções, inspiradas pela natureza maravilhosa desta ilha encantada. Filia-se áqueles que encontram no soneto uma das mais belas interpretações da beleza. "Casa Assombrada" realça a inspiração do poeta, fazendo-nos lembrar, vagamente, os contos fantasmagóricos de Allan Poe.

CASA ASSOMBRADA

Tenho medo de entrar. A noite é tão escura.
E a casa abandonada é tão grande e sombria.
Que mesmo observada à clara luz do dia
Tem esse vago odor de velha sepultura.

Entro. Caminho avante... Uma coruja pia...
Vis moregos voando assisto com furtiva...
A porta grande estala e se abre a fechadura
Onde suponho ver horrenda mão esguia...

Há gritos de pavor e súplicas de abraços
Pela escada que desce em caracol do forro
Onde estalam degraus sob a pressão de passos.

Vem do centro da casa uns vivos de cachorro...
E um vulto de mulher erguendo os finos braços,
Aparece a correr, clamando por socorro...

A CRÍTICA LITERÁRIA

Escreve JAIRO MATTOS

A palavra grega *Kritein* significa "julgar"; é verdade que Jesus se sentou: "Não julgueis", mas os cristãos são criaturas empedernidas na maldade do século, e amam apaixonadamente a crítica.

No reino das artes, cada musa foi contemplada com seu quinhão; geralmente as musas são bem outras: Urânia tornou-se cientista, a Nôvella tomou o lugar da Epopéia, destituindo a respectiva padroeira, e assim por diante. As primeiras críticas literárias devem ter sido feitas na Ágora de Atenas, que era onde os cidadãos gregos conversavam fiado, tratavam de política e contavam anedotas.

Com o aparecimento da Imprensa, surgiu a crítica escrita que em breve se tornou secção permanente de muitos periódicos.

E assim criou-se uma nova profissão: a crítica literária, que, em certas regiões mais adiantadas que esta nossa terrinha, é o espantilho dos escritores novatos.

Mas que faz o crítico literário ao abrir um livro novo? Lê, por certo, mas em que se baseia para dar seu julgamento, para fazer sua crítica? A coisa não é simples: êle tem a considerar quatro elementos, cada um mais confuso que o anterior: — a gramática, o estilo, a escola e a filosofia da obra.

A gramática, apesar de tudo, é o que há de mais fácil para a crítica; basta que o autor tenha escrito corretamente e o crítico se dá por satisfeito quanto a êste ponto.

O *affaire* torna-se um pouco mais difícil com o estilo.

Se bem que raramente se dê crédito à frase de Buffon "O estilo é o homem", todos concordam em ser o estilo uma coisa importantíssima, imprescindível. Os antigos gregos julgavam o estilo por uma medida quantitativa: quanto maior ou maior fosse o número de palavras que o autor usava em cada frase, seu estilo era classificado em laconico, ático, ródio e asiático, e estava tudo decidido.

Atualmente ainda se considera se o estilo é conciso ou exuberante, mas juntou-se uma série de elementos qualitativos que podem variar ao talento do crítico: o estilo pode ser calmo, nervoso, vigoroso, claro, nebuloso...

Isto não oferece séria dificuldade — basta o crítico ter alguma imaginação e descobrir um adjetivo conveniente.

A complexidade do estudo cresce com a escola.

Francamente, esta história de escolas é um arcaísmo, é um derivado do gosto medieval por gêneros e espécies, o qual foi transportado à ciência moderna, graças a Linneu. Apesar de ainda haver alguns indivíduos metódicos, com mania de sistemas, classificações, doutrinas e sub-doutrinas, os críticos hodiernos, geralmente, só tem a seguinte alternativa: escola clássica ou moderna. Em poesia é fácil distingui-las, mas em prosa quase sempre é prosápio encontrar qualquer vestígio de classicismo, a não ser em algum insoço arcaista, destes que ainda leem Camões, Vieira, Bernardes e outros figurões de outrora, com o fim de aprender a escrever...

Tais arcaístas parecem-se com essas velhotas que andam por aí usando ainda os incríveis chapeuzinhos do fim do século passado.

Não obstante certos autores de livros sobre "Arte do Estilo" e "História da Literatura" falarem muito em leis e regras literárias, os escritores quase sempre publicam suas obras, com o espírito ainda virgem de tais conhecimentos e, aparentemente, muitos são bem sucedidos.

O último elemento é a *pons asinorum* da crítica literária. Por um acôrdo tácito, todos os críticos concordam em que cada obra literária tem sua filosofia, a qual não é propriamente a opinião corrente do autor mas, especialmente, a alma da obra em questão.

Como os autores não se manifestam a êsse respeito, a convicção dos críticos fica desamparada de confirmação, porém llesa de qual-

O TANQUE DO BECO...

Ody F. e S.

(do Circulo de Arte Moderna)

Naquêlo beco sem destino,
sem saída,
sem amor,
há um tanque.

No tanque do beco,
há uma mulher
que espera.

Não espera amor,
mas deseja
paixão.

Fui à procura
da mulher,
que esperava,
no tanque do beco.

Beijou-me...
beijei-a...
Enlaçados ficamos,
fremindo, sentindo
no ser e no corpo,
o fogo candente,
sensual,
animal, de
uma paixão.

Um momento...
fui embora e
deixei,
sozinha, tristonha,
cabelos ao vento,
esperando...
esperando...
no tanque do beco,
aquela mulher.

ANJINHO

Acadêmico Otávio da Costa Pereira

No barracão modesto e pequeninho,
mamá inconsolável como chora!
É que morreu seu único filhinho
flôr singela que Deus lhe tira agora.

Seu papá com a roupa em desalinho,
não vê mamãe, ninguém. Está lá fora
procurando esquecer o pobre anjinho
e a tristeza enorme que o devora!

Na sala o coitadinho está deitado,
mãos mimosas cruzadas sobre o peito
Brinca-lhe no semblante descorado.

envolto em transparente e branco véo,
um sorsiso movente, satisfeito
talvez de ir c'os anjinhos lá p'ro céu.

quer ataque. A filosofia da obra não é nenhuma coisa misteriosa, que necessite de estudos prévios, não, é bem diferente da clínica médica, posto que alguns críticos se tenham por sensitivos, em razão se serem peritos em captar o motivo do autor — atualmente ninguém mais crê, nos arraiais da crítica, que um autor escreva simplesmente por gostar de escrever; ninguém mais crê que a finalidade da literatura seja divertir o público, nada disso: êles teimam em avistar, ainda que nebulosamente, uma finalidade, quase sempre social. Se o autor foi irônico, êles, os críticos, generalizam a situação da personagem e afirmam que o escritor estava praticando a máxima: *Ridendo castigat mores*.

Se o escritor citou, mesmo que ligeiramente, algumas palavras como: liberdade, democracia, socialismo, os críticos modernos fremem... em tais situações êles soem encontrar mensagens nas entrelinhas.

Não se trata de mensagens cifradas, à maneira de espões e conspiradores, mas sim — a obra é uma tese disfarçada em literatura, quasi sempre popular, é preciso interpretar o enredo afim de achar o espírito da obra, a sua filosofia. Os críticos, hoje, mostram muito pouca originalidade em suas deduções neste terreno — os monges da Inquisição estudavam todos os livros que se publicavam naquelas virtuosas éras e seus *verdicta* não passavam disto: livro bom ou herético — pois bem, os inquisidores leigos de hoje variam suas conclusões entre "questões sociais" e "conflitos psicológicos" e ficam bem desapontados quando um livro não trata de nenhum desses magnos assuntos.

Não é verdade o que dizem certos autores, de que os críticos são faltos de espírito criador; muitas vezes a crítica é superior em originalidade à obra criticada, além disso certas críticas são tão bem elaboradas que se emparelham com os ensaios, quando o crítico tem veleidades filosóficas ou poéticas. É bom dizer algo da crítica construtiva, de que tanto se fala por aqui. A crítica, em si, nada tem de construtiva ou destrutiva, é uma simples análise de um trabalho literário e uma observação sobre o efeito que êle produz no espírito do leitor.

Acontece, entretanto, que o crítico, com boa disposição de espírito, pretende fazer humorismo e escreve a crítica *cum grano salis*; outrossim, sofrendo de enxaqueca ou qualquer desequilíbrio biliar, descarrega sua indisposição sobre o papel, por meio de uma mordacidade caustica.

Ninguém aprecia que lhe façam troça e o resultado é que o autor fica ofendido, acha que a crítica não passava de sabotagem e clama por uma crítica construtiva — quer dizer, crítica serena — que em vez de atacar, aponte cortezmente os erros para o autor corrigi-los na próxima ocasião. Certos críticos gostam disso e chegam a se tornarem... paternos. Bem se vê que os críticos se consideram os defensores da Arte e sua pena é uma espada, sua máquina de escrever é uma metralhadora na defesa dos cânones perfeitos na execução da beleza.

Mas êste mundo é tão cheio de alternativas que não nos custa encontrar pessoas prosaicas, cujo espírito prático não compreende a sublimidade de *Ars gratia Artís*, e tem uma curiosa concepção acerca da crítica literária — ela é a apreciação de um técnico sobre uma mercadoria (o livro), notando suas qualidades e defeitos, um parecer sobre a conveniência de um negócio (a aquisição do livro). Quando o crítico elogia o autor (como sôe acontecer por estas bandas), o filisteu vê na crítica um anúncio, uma propaganda do livro... É o que sucede quando a ignorância avista as boas intenções.

E agora, após uma poética visão de "plumitvos" gorgendo entre folhas, terminamos êste artigo.

ENSAIOS DE CRÍTICA LITERÁRIA

"DIREITO DE MATAR"

José Medeiros Vieira

(do "Clube de Cooperação Cultural")

"Direito de matar", de EVANDRO CORRÊA DE MENEZES, é o livro que, sobre o velho e discutido tema da eutanásia, acaba de publicar a Editora A Noite, do Rio.

Enriquece a obra longo e bem fundamentado prefácio do DESEMBARGADOR NELSON HUNGRIA, que, aliás, discorda do autor, manifestando-se terminantemente pela illiceidade da chamada "morte boa"...

Como se sabe, o Código Penal do Uruguai, ao contrário do nosso, assegurou foros de legalidade ao homicídio eutanásico, o que forneceu a SALVADOR GARCIA PINOTOS, publicista daquele país, oportuno pretexto para profligar a denominada ocisão piedosa, tirando à luz seu trabalho "El respeto a la vida", repositório da mais avançada teoria sobre o assunto: "... Nada tiene que ver la verdadera piedad; virtud social y altruística, con esa reacción de psiquismo inferior que se llama *lastima eutanásica*, especie de hiperestesia psico-orgánica de orden puramente neuro-vegetativo, capaz de hacer matar, no tanto para evitar los dolores del enfermo, como para hacer cesar el suyo próprio, provocado por el espectáculo ajeno".

Estribado, precisamente, no ponto de vista acima (que cita), é que o ilustre prefaciador expõe suas razões.

Entretanto, não é o prefácio que tem de ser forçado aqui, se não quisermos subestimar a própria finalidade desta interpretação.

Para o sr. Evandro Corrêa de Menezes, o "crime humanitário" (como o classificou RICARDO OXAMENDI) alicerça-se juridicamente sobre o instituto da legítima defesa...

Daí, segundo o A., sua irrefragável licitude...

Reforçando ainda sua intensa argumentação, invoca eloquentes opiniões dos mais categorizados religiosos da "piedade homicida".

"A palavra matar é a senha de nossa civilização: suprimir o inútil, tudo o que venha a retardar a adaptação ao mundo físico do degenerado ou do incurável sem esperança. Eliminar sem contemplações, por meio da eutanásia, e com um fim eugénico ou piedoso, a todo o individuo fisiologicamente fracassado". (ROYO-VILLANOVA Y MORALES, "El derecho a morir sin dolor (el problema de la eutanásia)"); "O que dá morte a outro, guiado por sentimentos altruístas e piedosos, não deve ser considerado como delinquente" (FERRI, "O Homicida"); "Eu não encontro, nem do ponto de vista religioso, social, jurídico ou moral, argumentos que neguem a autorização de destruir êsses seres humanos, arremedos de verdadeiros homens, que provocam o desgosto em todos os que os vêem" (CARLOS BINDING e ALFREDO HOCHÉ, "A autorización para exterminar as vidas sem valor vital"); "A última vitória da medicina — frente à sua impotência científica — quando é impossível triunfar sobre o mal incurável, será o adormecer o agonizante na tranquila sonolência medicamentosa que leva ao letargo e à morte total, suavemente". (ARIOSTO LICURZI, "O direito de matar — da Eutanásia à pena de morte—"); etc.

Embora partidário fervoroso da doutrina que expõe, tem o A. a honestidade de, ao lado dos argumentos favoráveis à "morte benéfica", enfileirar também as respectivas réplicas: "Uma humanidade verdadeiramente superior pensará em prevenir o delito e a enfermidade, não em reprimi-lo com sangue, nem em curar a dor com a morte.

A abnegação para assistir a enfermos repugnantes, a compaixão ativa por nossos doentes próximos, a simpatia por toda a criatura vivente, são valores altamente úteis, aos quais não devemos renunciar.

Por outra parte o sofrimento é um fator de elevação; a dor tem uma finalidade moral e quase estética.

Não nos desmoralizemos!" (ENRICO MORSELLI, "A morte piedosa"); "Defender a eutanásia é, sem mais nem menos, fazer apologia de um crime. Não desmoralizemos a civilização contemporânea, com o preconício do homicídio. Uma existência humana, embora irremissivelmente empolgada pela dor é socialmente inútil, é sagrada. A vida de cada homem é uma contribuição para a harmonia suprema do Universo e nenhum artifício humano, por isso mesmo, deve truncá-la. Delixemos que a